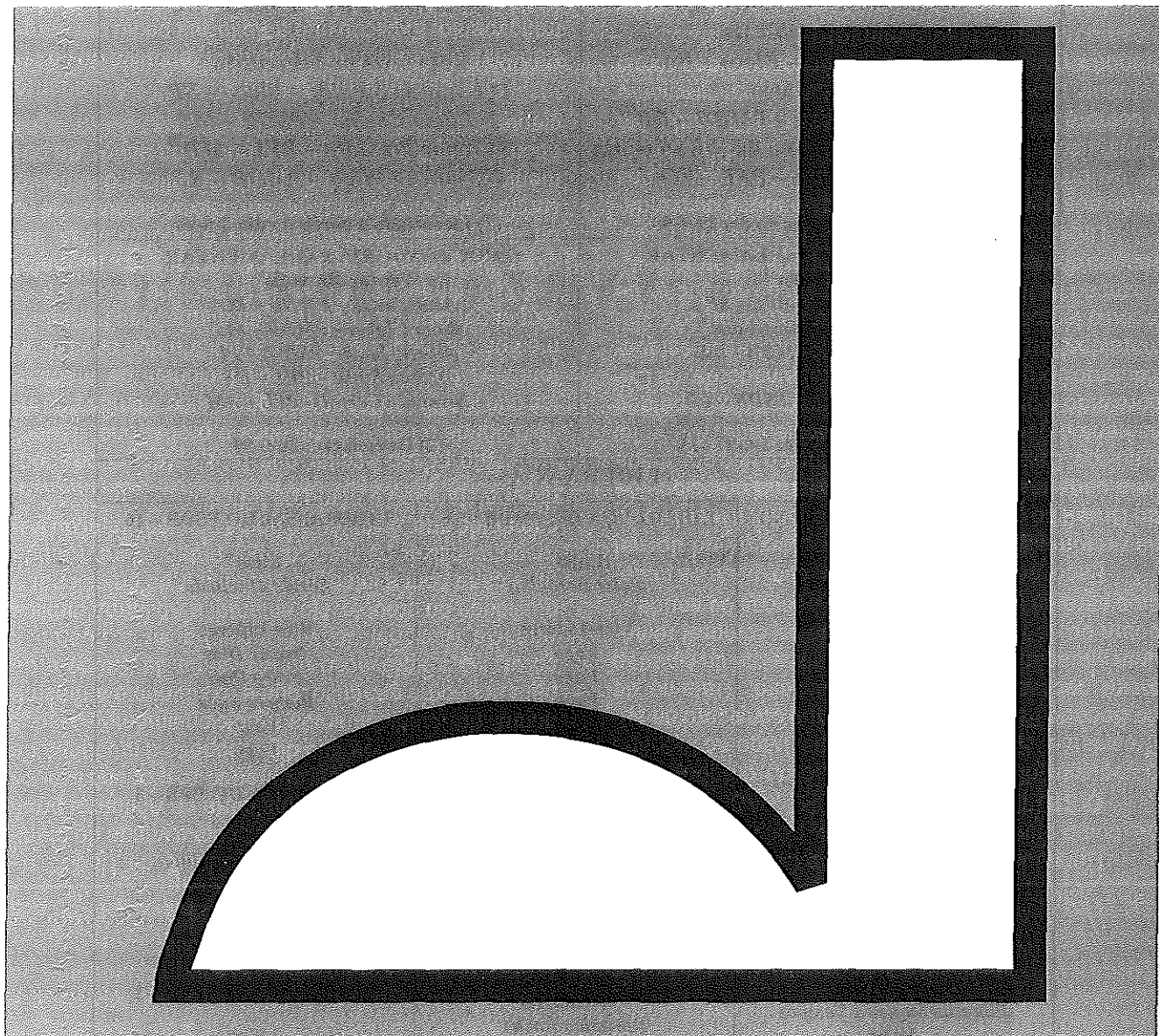


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIV - Nº 138

SÁBADO, 11 DE SETEMBRO DE 1999

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i></p> <p>2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB⁽¹⁾</i></p> <p>2º Secretário, no exercício da 1ª Secretaria <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p> <p>(1) Licenciado a partir do dia 29-4-99</p>	<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT⁽²⁾</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RJ</i></p> <p>(2) Licenciado a partir do dia 4-5-99</p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p> <p>(1) Reeleitos em 2-4-97</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i></p> <p>(2) Designação: 30-6-99</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO – 14</p> <p>Líder <i>Marina Silva</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 16</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Mala</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE NO DIA 15 DE SETEMBRO, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 117ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1999

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Pareceres

Nº 614, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1999 (nº 2.597/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade, e dá outras providências..... 24059

Nº 615, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1999 - Complementar, de autoria do Senador Ademir Andrade, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. 24060

1.2.2 - Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1999, e ao Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1999 - Complementar, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 24061

1.2.3 - Discursos do Expediente

SENADOR TIÃO VIANA - Denúncia de ação desenvolvida pela Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas - ABIFARMA, no sentido de responsabilizar os médicos por consequências à saúde dos pacientes decorrentes da substituição de medicamento de marca pelo seu genérico..... 24062

SENADOR LUIZ OTÁVIO - Protesto contra a exclusão do Estado do Pará no Programa de Financiamento Habitacional do Governo Federal, sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal 24065

SENADORA HELOÍSA HELENA - Reflexão sobre a manifestação nacional denominada "O Grito dos Excluídos"..... 24068

SENADOR NABOR JÚNIOR - Entusiasmo com o trabalho desenvolvido pela Comissão Mista destinada a realizar estudos e propor medidas para a erradicação da pobreza e da miséria. Repúdio à decisão do Ministério da Previdência e Assistência Social de cancelar aposentadorias de trabalhadores rurais. 24070

SENADOR PEDRO SIMON - Esclarecimentos sobre seu pronunciamento feito no dia de ontem, em virtude de interpretações equivocadas da imprensa. Reflexões sobre o atual mo-

mento político e as transformações necessárias à sociedade brasileira.....	24070	379, 380, 646 e 974, de 1996; 58 e 626, de 1997; 352 e 576, de 1998. Ao Arquivo.	24084
SENADOR LAURO CAMPOS – Análise da história econômica recente do Brasil e do debate entre desenvolvimentismo e monetarismo. Críticas à política de congelamento salarial no setor público, para conter a inflação.	24077	1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Comentários sobre a conjuntura político-econômica brasileira, destacando aspectos pouco promissores do Plano Plurianual.	24081	SENADOR MAURO MIRANDA – Expectativa quanto às ações do Governo Federal referentes a compromissos públicos que tenham por objetivo a prosperidade do País.	24084
1.2.4 – Comunicação da Presidência		1.3 – ENCERRAMENTO	
Arquivamento dos Requerimentos nºs 52, 717, 744, 1.131, 1.278 e 1.466, de 1995; 42, 44,		2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		4 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 117ª Sessão Não Deliberativa em 10 de setembro de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Nabor Júnior e Luiz Otávio

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 614, DE 1999

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1999 (nº 2.597/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade, e dá outras providências.

Relator: Senador Lúcio Alcântara

I – Relatório

Com a iniciativa referenciada à epígrafe, propõe o Poder Executivo que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte seja autorizada a alienar imóvel de sua propriedade, localizado em Natal, capital do estado do mesmo nome.

O montante decorrente da alienação, nos termos do art. 2º do projeto, “será utilizado integralmente no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atendidas as determinações do art. 4º da Lei nº 6.120, de 15 de outubro de 1974”.

Na forma dos arts. 3º e 4º da proposição, a alienação deverá obedecer, ainda, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sobre licitações, ficando revogado, também, o art. 3º da Lei nº 6.995, de 31 de maio de 1982, por estabelecer restrição quanto à destinação do imóvel em referência.

Justificando o proposto, consigna, inicialmente, o Exmº Sr. Ministro da Educação, em sua EM nº 100/96, que “por vários anos o referido imóvel obrigou as instalações da Televisão Universitária, recente-

mente transferida para prédio próprio, construído para atender às necessidades específicas de suas instalações e sediado no **campus** universitário”.

Em seguida, enfatiza que “no estágio em que se encontra a implantação do referido **campus**, é de todo conveniente a alienação do imóvel em questão, o que permitirá a aplicação dos recursos dela oriundos em edificações para suprir carências de espaço físico em vários setores acadêmicos daquela instituição”.

E concluindo, assinala que “o art. 3º da Lei nº 6.995/82, que autorizou a doação do imóvel à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estatui restrição à doação, mencionando ser ela nula caso seja dada destinação diversa daquela pela lei definida, razão da necessidade da edição de uma ordem legal, que revogue a referida restrição e autorize a alienação do imóvel para os fins já mencionados”.

Na Câmara dos Deputados, antes de ser chancelada pelo Plenário, a iniciativa foi aprovada pelas duntas Comissões de Educação, Cultura e Desporto, de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Redação.

Nesta Comissão, foram oferecidas duas emendas à proposição em exame.

É o relatório.

II – Voto

De indiscutível regimentalidade, a iniciativa, em nosso entender, tampouco enfrenta óbices de natureza constitucional e jurídica.

Com efeito, como oportunamente esclarece o Exmº Sr. Ministro da Educação, o imóvel objeto da projetada autorização foi doado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN nos termos da Lei nº 6.995, de 31 de maio de 1982, cujo art. 3º, ainda hoje em vigor, comina com nulidade e referida doação se ao imóvel, como agora pretende aquela instituição, for atribuída destinação diversa da estabilidade naquela lei. Mostra-se imprescindível, portanto, afastar a mencionada restrição, não só autorização a pretendida alienação, como também determinando a expressa revogação do apontado dispositivo.

O imóvel em questão, por outro lado, com o deslocamento da TV Universitária, encontra-se atual-

mente ocioso e será alienado, como assinalado no relatório, em consonância com o que prescreve a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos na Administração Pública.

De mais a mais, a quantia resultante da alienação, por força do disposto no art. 4º da Lei nº 6.120, de 1974, será integralmente aplicada no **campus** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, particularmente em edificações destinadas a suprir as múltiplas carências de espaço físico daquela instituição, o que ainda mais evidencia, ao nosso ver, a conveniência e a oportunidade da proposição.

Quanto às duas emendas oferecidas, de autoria dos ilustres Senadores Romeu Tuma e Edison Lobão, embora utilizando técnica diversa, perseguem ambas o mesmo objetivo, que é suprimir do texto do art. 1º da iniciativa a expressão "ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte". Trata-se de supressão que consubstancia inegável aperfeiçoamento, até porque não faz sentido, como consta do art. 3º, mandar-se realizar licitação na venda do imóvel, se a proposição autoriza a cogitada alienação somente ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte, retirando, assim, qualquer possibilidade de competição.

Diante do acima exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1999 (nº 2.597, de 1996, na Casa de origem), com a supressão objetivada pelas Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

EMENDA Nº 1-CCJ

Suprima-se do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 23/99, a seguinte expressão: "ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte".

EMENDA Nº 1-CCJ

Substitua-se o art. 1º do PLC nº 23, de 1999, por:

"Art. 1º Fica a Universidade Federal do Rio Grande do Norte autorizada a alienar o domínio útil do terreno foreiro do patrimônio municipal de Natal, com área de 2.540,50m², limitando-se a oeste com a Avenida Rio Branco, ao rumo de 28º37'SW, com 43,10m; ao sul, com propriedade de Elvira Amélia Machado e Felinto Manso Maciel, ao rumo de 63º53'SE, com 16,00m; a leste, com a Rua Princesa Izabel, com 28º07'NE, com 36,10m; e ao norte com a Rua Professor Zuza, com 62º13'NW, com 64,75m; beneficiado com um prédio de 2 (dois) pavimentos, situado na Avenida Rio Branco, nº 743, bairro da Cidade Alta".

Sala das Comissão, 1º de setembro de 1999. – **José Agripino**, Presidente – **Lúcio Alcântara**, Relator – **Iris Rezende** – **José Alencar** – **Jefferson Péres** – **Ramez Tebet** – **Eduardo Suplicy** – **Édison Lobão** – **José Eduardo Dutra** – **Amir Lando** – **José Fogaça** – **Pedro Simon** – **Luzia Toledo**.

PARECER Nº 615, DE 1999

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1999-Complementar, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

Trata-se de exame do Projeto de Lei Complementar nº 336, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que objetiva modificar a redação dos §§ 2º e 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que "dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária".

O § 2º do art. 12 da Lei Complementar nº 76/93, estabelece que o valor da indenização corresponderá ao valor apurado na data da perícia, ou ao consignado pelo juiz, corrigido monetariamente até a data de seu efetivo pagamento.

Pretende o Projeto em apreço fazer consignar a exclusão do pagamento de juros compensatórios, porque indevidos na espécie, conforme consta da justificativa que o acompanha.

O § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 76/93 determina que, na sentença, o juiz, individualize o valor do imóvel de suas benfeitorias e dos demais componentes do valor da indenização.

O presente PLS vem modificar a redação do aludido dispositivo, para determinar a exclusão do pagamento de cobertura florística.

É de competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do assunto em exame e, mais, opinar quanto ao seu mérito, em razão de se tratar de matéria referente às indenizações em ação de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

É o relatório.

II – Voto

O presente Projeto de Lei Complementar é jurídico, constitucional, lavrado em boa técnica, sendo esta Comissão competente para apreciar a matéria.

Quanto ao mérito, é de se reconhecer a importância de se apreciar, com urgência, esta matéria, a fim de que as desapropriações não alcancem valores absurdos, que estão longe dos princípios que informam o justo preço.

A avaliação exige objetividade e emprego de regras técnicas, sem os quais a indenização será fixada ao sabor das conveniências, com total ausência de critérios.

A correção monetária do valor da indenização fixado durante a avaliação não poderá ultrapassar às condições existentes no mercado, sob pena de se revelar injusto o preço fixado ao final da lide, que os cofres públicos deverão pagar.

Objetivando corrigir a distorção acima apontada, o Projeto em apreço pretende alterar a redação do § 2º do art. 12 da Lei Complementar nº 76/93, buscando impedir que o titular do imóvel desapropriado receba o pagamento, pelo expropriante, de juros de 12% ao ano, à partir da imissão antecipada na posse do imóvel.

É entendimento jurisprudencial de nossos tribunais que o proprietário não pode vir a ser penalizado pela impossibilidade de ocupar ou utilizar o imóvel objeto de desapropriação, cujo valor definitivo da indenização será estabelecido por sentença judicial.

Entretanto, não se pode deixar de reconhecer que os procedimentos judiciais regulados pela Lei Complementar nº 76/93 referem-se à desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, que se assenta sobre pressupostos constitucionais que não atingem a propriedade produtiva, e, tão pouco, a pequena e a média propriedade, mas somente a grande propriedade que não cumpre a sua função social.

Ora, se um imóvel rural não cumpre a sua função social, não é produtivo, não há o que compensar ao seu proprietário, em razão da imissão antecipada na posse da terra.

O pagamento de juros compensatórios somente se justifica diante da impossibilidade do proprietário continuar utilizando o imóvel. No entanto, o imóvel objeto de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária é aquele que não está sendo utilizado, ou está sendo sub ou mal utilizado. Assim, não tem cabimento admitir-se a aplicação, neste caso, de mecanismos que visam a ressarcir o proprietário pela

perda antecipada de seu bem, privando-o dos lucros cessantes auferidos pela utilização.

O pagamento de juros compensatórios permite o locupletamento ilícito do proprietário que não se utilizava da sua propriedade, que não a tornou produtiva pelo seu trabalho e investimento, e, assim, pela inércia, fez com que a mesma deixasse de cumprir a sua função social.

Por outro lado, a modificação do § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 76/93 objetiva excluir do valor da indenização a cobertura florística, no sentido de fixar, de forma justa, coerente e lógica, todas as parcelas que integram tal valor.

Este projeto objetiva apaziguar jurisprudência controvertida dos tribunais, que ora decide pela indenização, ora pela exclusão, da cobertura florística.

A cobertura florística, a vegetação nativa, via de regra, não tem valor econômico próprio, sendo a mata comercializada juntamente com a terra nua.

É de se ressaltar casos de reserva legal, onde a exploração econômica é inviolável, que o desapropriado recebe por metro cúbico, a preço do comércio de madeira em tora.

Urge que se dê um basta a esses assaltos aos cofres públicos, e que não se premie a inércia do proprietário desidioso.

É necessário que se encontre na justa indenização o valor equivalente àquele que o proprietário conseguiria obter, colocando seu imóvel à venda no mercado.

Em face de todo o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 336/99 por seus jurídicos fundamentos de fato e direito, especialmente pelas razões contidas na justificação que o acompanha.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 1999. –
José Agripino, Presidente – **José Fogaça**, Relator –
Amir Lando – **Eduardo Suplicy** – **Ramez Tebet** –
Lúcio Alcântara – **Iris Rezende** – **José Eduardo Dutra** – **Jefferson Péres** – **José Alencar** – **Pedro Simon** – **Luzia Toledo**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1999, e o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1999 – Complementar, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, como primeiro orador inscrito, por vinte minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao Plenário do Senado Federal um assunto que considero de primeira necessidade do povo brasileiro. Trata-se de uma situação que se agrava no dia-a-dia do cidadão pobre deste País: a incapacidade de comprar remédios para as suas necessidades básicas de saúde.

Faço, assim, uma denúncia, com base na matéria da jornalista Luciana Conti, publicada no **Jornal do Brasil** do dia 9 de setembro de 1999, a respeito de uma carta mediante a qual a Abifarma pressiona os médicos. Estamos buscando difundir o uso dos medicamentos genéricos em nossa sociedade. Até já foi aprovado o projeto de lei apresentado pelo Deputado Eduardo Jorge, do Partido dos Trabalhadores, na Câmara dos Deputados, e o Ministério da Saúde estabeleceu o tempo de cinco meses para a execução e viabilização da implantação dos genéricos nos locais de vendas de medicamentos, em drogarias e farmácias.

Urge implantar essa política de acesso da população aos genéricos em função da enorme disparidade de preços e de uma pressão violentíssima das multinacionais de medicamentos no sentido de forçar a compra de produtos muitas vezes mais caros. Na verdade, produtos similares com preços infinitamente menores podem perfeitamente ser consumidos com o mesmo resultado medicamentoso e terapêutico.

Lamentavelmente, temos uma carta da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas, ligada, segundo a matéria do **Jornal do Brasil**, ao Laboratório Novartis, multinacional, na qual manifesta essa posição. A matéria tem o seguinte teor:

"A ABIFARMA (Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica) e o laboratório Novartis estão enviando cartas aos médicos responsabilizando-os por qualquer consequência à saúde dos pacientes em virtude da troca de medicamento de marca pelo seu genérico. O presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado e médico Paulo Pinheiro (PT), reagiu negativamente à iniciativa e afirmou que vai pedir à CPI dos medicamentos" que funciona atualmente na Assembléia Legislativa de São Paulo "que ouça os autores das cartas."

Ora, Sr. Presidente, é inacreditável imaginar que, não bastassem as multinacionais de medica-

mentos terem uma margem de lucro de US\$12 bilhões por ano, no nosso Brasil, com a venda de medicamentos, agora venha uma carta da Abifarma pressionando os médicos e querendo responsabilizá-los por qualquer atitude que diga respeito à mudança de nome de medicamentos tradicionalmente usados para um nome genérico, que é exatamente a mesma coisa. Há a aprovação do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária quanto à qualidade do produto. No entanto, a Abifarma publica uma carta com a intenção subliminar de pressionar e responsabilizar os médicos por prescreverem medicamentos que, ao invés do nome convencional ou tradicional, tenham o nome genérico.

Não posso aceitar que isso esteja ocorrendo. Isso agride a consciência ética e profissional daqueles que já têm, ao longo dos anos, sido vítimas dos interesses dos lucros das multinacionais de medicamentos, os médicos. Eles, na maioria dos seus dias, têm esquecido as doutrinas, as afirmações humanistas e as afirmações éticas de bancos de escolas médicas, submetendo-se a prescrever receitas, na maioria das vezes, desnecessárias e equivocadas, no sentido de que poderiam ser racionalizadas se o médico cumprisse o pleno papel de utilizar o aspecto ético e científico associado à busca da saúde do paciente.

O Presidente da Abifarma, Sr. José Eduardo Bandeira de Mello, negou qualquer tentativa de constrangimento. Explicou que a Abifarma pediu um parecer sobre a Lei nº 9.787, que estabelece os genéricos, ao jurista Miguel Reale Júnior. Esse jurista alertou que os médicos que autorizarem a troca terão responsabilidade, juntamente com os farmacêuticos, no caso de os genéricos não surtirem o efeito, "isso porque o médico não usou um último recurso previsto na lei, que é impedir a troca do remédio".

Ora, isso chega a soar como um desrespeito absoluto à profissão do médico brasileiro e à integridade ética do médico brasileiro.

A Abifarma, a meu ver, não tem o menor direito de tomar uma atitude dessas e está agredindo, juntamente com a empresa multinacional Novartis, a integridade e a responsabilidade plena que tem um médico no momento de prescrever um medicamento para um doente. O limite do médico é usar seu conhecimento para salvar vidas, diminuir a dor, recuperar e promover a saúde do seu paciente, no conjunto de ações que envolvem a relação médico/paciente.

O Código de Ética Médica, no seu art. 7º, dos princípios fundamentais, afirma o seguinte:

Art. 7º O médico deve exercer a profissão com ampla autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais a quem ele não deseje, salvo na ausência de outro médico, em casos de urgência, ou quando sua negativa possa trazer danos irreversíveis ao paciente.

Art. 8º O médico não pode, em qualquer circunstância, ou sob qualquer pretexto, renunciar à sua liberdade profissional, – que é o que está em jogo com essa pressão da Abifarma – “devendo evitar que quaisquer restrições ou imposições possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho.

Art. 9º A Medicina não pode, em qualquer circunstância, ou de qualquer forma, ser exercida como um comércio.”

Essa pressão da Abifarma é injustificável e de maneira alguma pode ser aceita pelo Conselho Federal de Medicina ou pelos conselhos regionais. O médico não pode sofrer uma pressão como essa para prescrever medicamentos.

Também é relevante citar o art. 10 do Código de Ética Médica:

“Art. 10. O trabalho do médico não pode ser explorado por terceiros com objetivos de lucro, finalidade política ou religiosa.”

Esse artigo também vai de encontro à postura adotada pela Abifarma.

Ainda o art. 16 do Código de Ética Médica merece ser citado:

“Art. 16. Nenhuma disposição estatutária ou regimental de hospital, ou instituição pública, ou privada poderá limitar a escolha, por parte do médico, dos meios a serem postos em prática para o estabelecimento do diagnóstico e para a execução do tratamento, salvo quando em benefício do paciente.”

Trata-se, portanto, de flagrante agressão à consciência do profissional médico o que está sendo feito por meio dessa carta – carta que foi denunciada em matéria do **Jornal do Brasil** do dia 9. Essa atitude da Abifarma fere os conselhos regionais de medicina e o Conselho Federal de Medicina. No momento, o assunto é alvo de debate nacional. A imprensa brasileira mostra que o consumidor de baixa renda, o pobre deste País, está impossibilitado de adquirir os remédios de que necessita no seu dia-a-dia.

Os profissionais da área de saúde conhecem o drama das pessoas humildes que adoecem. Para tratar uma simples hipertensão arterial, por exemplo, têm que comprar um medicamento que, em média, custa R\$1,80 por dia. Com esse dinheiro é possível comprar um quilo de carne barata, dá para colocar alimento básico na mesa de famílias pobres. A política injustificada de preços a que temos assistido tem vedado o acesso a medicamentos por parte das famílias que têm um salário mínimo como renda.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não, nobre Senador Nabor Júnior. Ouvirei V. Exª em seguida.

O Ministério da Saúde tem a responsabilidade de regular e fiscalizar essa situação no Brasil. O Ministério da Fazenda tem a responsabilidade também de regularizar essa situação no Brasil, não permitindo um aumento desenfreado de preços.

Contribuindo para esse grande debate nacional, o jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 8 de setembro de 1999, aborda o assunto em seu editorial intitulado Mercado e Remédio Caro. Nesse editorial, faz-se referência a uma pesquisa feita pelo professor e físico Rogério César de Cerqueira Leite, professor emérito da Universidade de Campinas – Unicamp – e membro do conselho editorial do jornal. Segundo essa pesquisa, nos preços dos oitenta fármacos mais vendidos no Brasil, os quais têm similares fabricados por vários laboratórios, observam-se diferenças de preços que chegam a 600%.

Ora, Senador Nabor Júnior, uma diferença de 600% entre um remédio que é exatamente igual a outro não se justifica apenas pela diferença de nome comercial. Essa situação não pode perdurar neste País. É preciso uma ação firme do Ministério da Fazenda e do Ministério da Saúde para regularizar essa situação.

Eu, como médico, não posso admitir que a Abifarma faça qualquer tipo de pressão sobre um profissional da saúde para que ele prescreva um remédio apenas com o seu nome comercial, abrindo mão de usar o respectivo nome genérico.

No banco das escolas médicas aprendemos a tratar o fármaco por seu nome genérico, por seu nome químico, e não por seu nome comercial. O nome comercial é fruto de uma relação muitas vezes violenta e que agride a consciência ética de um profissional dentro de um consultório ou num centro de saúde. A pressão das multinacionais para vender seus produtos não deveria fazer parte da rotina de médicos. Eu mesmo me recusei, inúmeras vezes, a

receber representantes de comércio que queriam impor receita de bolo à consciência de um profissional. Aqueles que exercem a medicina com profundo respeito e seriedade não podem admitir essa situação.

Concedo um aparte ao eminente Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Senador Tião Viana, eu estranho esse comportamento da indústria farmacêutica brasileira – aliás, estamos falando é do comportamento de poderosas multinacionais, pois indústria farmacêutica genuinamente brasileira, praticamente não existe mais no País. Os laboratórios aqui existentes são representantes de grandes corporações americanas, suíças, italianas etc. Mas não importa, se estamos lidando com a indústria nacional ou com a estrangeira – temos é de fazer cumprir a lei que está em vigor, mencionada por V. Ex^a, que determina aos laboratórios a apresentação dos nomes genéricos dos medicamentos. Para enfatizar a importância dessa medida, cito o fato de que eu mesmo já tenho comprado, em drogarias, medicamentos com nomes genéricos pela metade do preço dos produtos similares receitados pelo médico. Por diversas vezes, quando apresentei, na drogaria, a receita expedida pelo médico, o farmacêutico me informou sobre a existência de outro medicamento genérico, com a mesma composição química e muito mais barato. Às vezes, a diferença de preços a menor chega a ser de 30%, 40% ou mais de 50%. É claro que compro sempre o mais barato! É imperioso, ilustre Senador, o Governo fazer cumprir a lei que instituiu os nomes genéricos dos medicamentos, pois o próprio Ministro da Saúde, Senador José Serra, concedeu várias entrevistas à imprensa, estimulando a população a comprar esse tipo de medicamentos. Como os produtos já estão disponíveis nesta forma, nas drogarias, basta que os médicos cumpram o seu papel, prescrevendo medicamentos com os nomes genéricos. Caberá, então, ao interessado, fazer a opção: se não tiver condições de adquirir o medicamento mais caro, fará a compra do similar – mais barato, conforme já aconteceu comigo. A Associação Médica Brasileira, aliás, poderá prestar um importante serviço à população, principalmente para a de baixa renda, se assumir a tarefa de orientar seus filiados a prescreverem os medicamentos pelos nomes genéricos. De qualquer forma, o Governo não pode fugir à obrigação de fazer cumprir uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. E o Ministério da Saúde tem de mostrar a sua autoridade, fiscalizando a sua aplicação. Por outro lado, a Associação Médica e os Conselhos Regio-

nais de Medicina devem orientar os médicos para prescreverem aos seus pacientes medicamentos com nomes genéricos. Causa estranheza, também, o fato de que os laboratórios, responsáveis pela fabricação dos medicamentos consumidos no Brasil, com a mesma composição química dos chamados genéricos, cobrem duas, três vezes mais caro pelos seus produtos, como bem afirmou V. Ex^a. Os indícios apontam a existência de muitas distorções nesse setor, que exigem uma correção capaz de beneficiar a população mais pobre e proteger, sobretudo, quem consome medicamentos de maneira quase obrigatória. Há pessoas com problemas de hipertensão; outras, com diabetes; há casos, até mais graves, que obrigam à aquisição de medicamentos, semanal ou até mesmo diariamente – e não esses pacientes não podem estar gastando suas parcas economias na aquisição de produtos caros, quando existem outros, designados por seus nomes genéricos, a preços muito inferiores. Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a sua contribuição, nobre Senador Nabor Júnior.

V. Ex^a é testemunha, como eu, da realidade de Estados pobres, como são os estados da Amazônia brasileira, cuja população não tem qualquer capacidade, em razão da baixa renda que recebem, de acesso ao medicamento com nome comercial – medicamento que seria do dia-a-dia, da necessidade de saúde de um familiar. Não bastasse o preço exorbitante que possibilita o recolhimento de lucros da ordem de US\$12 bilhões por ano – lucros que as multinacionais de medicamentos alcançam em nosso País –, ainda temos que conviver com pressões dessa natureza vindas da Abifarma, algo que é injustificável e que agride a consciência dos profissionais médicos deste País.

Só tenho a lamentar essa diferença de 600%. É um crime o que se pratica contra o consumidor deste País, é de enorme gravidade esse fato. A Abifarma, parece-me, coloca uma preocupação a mais no dia-a-dia do profissional médico, quando afirma que ele pode vir a responder pelas consequências da prescrição de medicamentos por seu nome genérico. Essa pressão encontra subsídio, sustentação numa realidade que vivemos recentemente, algo que é odioso e totalmente agressivo à consciência deste País, além de ser de enorme irresponsabilidade. E a Abifarma, baseada nessa realidade, utiliza o risco da falsificação de remédios para preservar marcas tradicionais.

Não posso admitir uma atitude dessas. Vou encaminhar cópias dessas matérias e deste pronunciamento ao Conselho Federal de Medicina e aos Conselhos Regionais de Medicina, esperando providências. Espero que isso não ocorra mais, espero que se respeite o Código de Ética Médica e o livre exercício da profissão médica, com a consciência de que se deve estar ao lado do cidadão humilde, ao lado da vida. Essa consciência deve fortalecer-se no grande sentido humanista que tem a profissão médica.

Ao mesmo tempo, no Senado Federal, deparo-me com uma situação nova: declarações feitas no recente depoimento do Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel. Segundo ele, mediante as mudanças preconizadas no imposto de renda, a Receita detectou indícios de fraudes fiscais em remessas da conta CC-5 para o exterior no valor de R\$18 bilhões.

Ora, Sr. Presidente, esses R\$18 bilhões poderiam perfeitamente fortalecer o orçamento do Ministério da Saúde, fortalecer a aplicação das necessidades básicas da população contra a fome e a miséria, a favor de bolsa-escola e de uma condição de vida melhor para o povo brasileiro.

O povo não tem dinheiro para comprar medicamentos, por outro lado, há uma sonegação registrada pela Receita Federal da ordem de R\$18 bilhões. Ora, não temos mais a Central de Medicamentos, não temos mais uma central estatal que produza fármacos capazes de atender à população brasileira nas doenças comuns e rotineiras e, no entanto, temos um desperdício de dinheiro nesse valor. Essa é a situação do nosso País hoje.

O Brasil precisa rever alguns tópicos de ordem, administrativa, gerencial e ética. O Ministério da Saúde tem o dever de dar o grito, juntamente com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, abrindo um confronto direto e emergente com a Abifarma, não permitindo esse tipo de pressão e partindo com muita firmeza, com a mais absoluta autoridade e austeridade. Com certeza, contará com o apoio do povo brasileiro. O Ministério da Saúde também deve cobrar uma fiscalização firme no controle de qualidade, pois é direito do povo consumir os genéricos. E, por último, deve permitir que o médico, no exercício da sua profissão, possa utilizar a receita baseado na sua formação científica, com coerência e razão, colocando o paciente e a vida humana em primeiro lugar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio. S. Exª dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como o Senador Pedro Simon está inscrito na minha frente para usar da palavra, mas está atendendo ao telefone celular, vou aproveitar a oportunidade nesta manhã...

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A Mesa informa que V. Exª está inscrito antes do Senador Pedro Simon, que está na lista nº 2, em virtude de haver falado mais de duas vezes esta semana.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Não há problema. Vamos aguardar o pronunciamento do Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, venho à tribuna para manifestar minha estranheza em relação a uma notícia vinda do meu Estado, o Pará. A Caixa Econômica Federal, usando o projeto de arrendamento habitacional, depois de fazer uma campanha em nível nacional, conseguiu quase que o impossível: tirou o Estado do Pará da lista dos Estados e Municípios que seriam atendidos por essa linha de crédito e financiamento.

Aqui faço o meu questionamento à presidência da Caixa Econômica Federal e à sua direção a respeito de tal atitude, porque estive recentemente com o Presidente Fernando Henrique – que depois também se manifestou, em várias oportunidades, através dos meios de comunicação –, quando acertou-se a destinação de um valor de mais de R\$3 bilhões existentes na Caixa Econômica Federal para financiamento de habitação, objetivando com isso a gerar empregos e dar oportunidade, principalmente aos mais carentes, de terem onde morar.

Será que nessa estrutura do nosso Governo existem pessoas que estão lá apenas para atrapa-

lhar, para desfazer aquilo que o Governo consegue fazer com muito sacrifício, com muito empenho, com muito entusiasmo e muita retidão? É inadmissível o Estado do Pará não seja incluído nessa linha de financiamento.

O Gerente de Negócios do escritório da Caixa Econômica Federal no Estado do Pará teve a cara-de-pau de ir a um programa de televisão da Rede Globo e dizer que resta a esperança. Esperança, não! É obrigação dele e também da Caixa Econômica Federal cumprir a determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, alocando recursos para os projetos que são prioridade do Governo Federal.

Para mim, há alguma coisa errada. Não vou citar nomes porque não tenho ainda as informações precisas, mas em breve as terei. Como pode um programa como esse não atender ao Estado do Pará? A explicação do Gerente de Negócios é que a inadimplência no Estado é muito alta. Para desmascará-lo e desmascarar todos os dirigentes da Caixa Econômica Federal, a caixa-preta foi aberta, ou seja, uma fiscalização do Tribunal de Contas da União levantou dados estarecedores: o Pará só tem 4% da inadimplência de toda a Caixa Econômica Federal no Brasil. Segundo os dados apresentados, em primeiro lugar está o Rio de Janeiro, com 44% de inadimplência; depois, o Estado de São Paulo, com 18% de inadimplência.

Os recursos ora discutidos e mostrados somam mais de R\$3 bilhões, como disse, R\$2,5 bilhões do FAT e R\$500 milhões de fundos públicos. Entre várias capitais e cidades estão incluídas algumas com muito menor índice de população, crescimento econômico e viabilidade de projetos. Não tenho nada contra isso, pelo contrário, entendo que deveriam ser beneficiadas todas as cidades, mas aqui apresenta-se um novo paradoxo: o Estado de Alagoas tem R\$30 milhões em recursos para investimento em habitação. Parece que a direção da Caixa Econômica Federal é muito sensível àqueles que criticam o nosso Governo.

Com todo o respeito, falo do Bloco de Oposição. É comum ouvirmos os discursos mais radicais, vindos principalmente de parte dos membros do Estado de Alagoas. Hoje, novamente vejo nos jornais um convite para que o Ministro da Fazenda visite o Estado, que está precisando de recursos. Ora, o meu Estado também precisa de recursos! Temos capacidade de geração de poder econômico, cooperamos, como sempre digo aqui todos os dias, participamos como o segundo Estado na balança comercial. Por essa razão, é inadmissível que os Estados dos aliados, dos governistas não sejam aquinhoados com as obras, com os serviços que o Governo faz nos demais Estados.

Fica aqui o meu alerta à direção da Caixa Econômica Federal. Voltarei à tribuna para tratar desse assunto. Não vou aceitar desculpas dos tecnocratas, dos burocratas, daqueles que emperram o Governo, daqueles que criam dificuldades para que o Governo mostre sua capacidade de trabalho. Com essa turma que está aí não é preciso ter inimigos, não é preciso ter adversários.

Tenho aqui dados do Tribunal de Contas da União a respeito do golpe que foi dado sobre a debilitada saúde da construção civil no meu Estado do Pará. O relatório da auditoria produzido pelo TCU sobre o tratamento discriminatório que a Caixa Econômica vem dando ao Estado do Pará demonstra que, desde 1992, não há liberação de recursos nem de financiamento para o Estado. Isso provocou o fechamento de 15 mil postos de trabalhos diretos e 45 mil indiretos, porque aproximadamente 60 empresas paralisaram suas atividades. Os empresários e os trabalhadores da construção civil em meu Estado pedem providências a toda a Bancada do Pará, que, com certeza, se engajará nesta luta. Aliás, eu não diria nem que é luta, mas sim a guerra de que tanto fala o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ontem, o Senador Pedro Simon perguntava: "que guerra é essa de que o Presidente fala"? São os desafios que temos que enfrentar, os obstáculos para a realização de obras, de serviços e de decisões do Presidente, como por exemplo, a de alocar recursos para a habitação. Encontramos, como parte da burocracia do Estado, os tecnocratas, que impedem a ação não só do Governo, não só dos trabalhadores, mas também e principalmente da população, que hoje carece, solicita e pede a oportunidade de ter onde morar.

O exemplo maior temos aqui em Brasília. O **Correio Braziliense**, na capa do exemplar de hoje, mostra duas mil casas feitas, em tempo relâmpago, em área de invasão. Por que isso? Porque, lá, eles continuam segurando os recursos para investir nessa área, pensando apenas no resultado financeiro, na comodidade de não precisar emprestar dinheiro para o setor habitacional porque há uma inadimplência de 4%. Vamos resolver a questão da inadimplência. Vamos chamar as empresas — eu nem diria as empresas, mas os proprietários das habitações — e conciliar essa situação. Tenho quase certeza de que a inadimplência se deve, na sua quase totalidade, às altas taxas de juros. São juros inadmissíveis, de mais de 50%, 60%, 70% ao ano. Como se pode, em 10 anos, quintuplicar, sextuplicar o valor do bem financiado? Hoje, para o mercado imobiliário, o valor do imóvel é 1/3 do que valia na época, e as prestações são astro-

nômicas. Essa é a grande discussão. Logicamente, se formos esperar pela adimplência do sistema, nunca vamos encontrar uma solução. Cidades como São Paulo e Rio, hoje, têm 62% de inadimplência do setor habitacional, por exemplo. Então, como encontrar uma fórmula para se resolver isso? A fórmula atual não é a correta, nem a real. E os recursos estão lá e precisam ser investidos e aplicados.

Tenho certeza de que, até agora, de acordo com a explicação do Gerente de Negócios da Caixa, no Pará, apenas R\$20 milhões foram aplicados ao longo desses últimos sete anos, o que levou à paralisação de todas as obras na Região Norte, principalmente, no Pará, na Região Amazônica. Os trabalhadores da construção civil pretendem organizar-se, juntamente com o Governo do Estado, com a Prefeitura Municipal de Belém, que também tem os mesmos interesses, as mesmas dificuldades, com a Bancada Federal para encontrarmos uma solução definitiva para esse caso.

– É inadmissível que um alto funcionário da Caixa Econômica vá à televisão dizer que é assim mesmo, que vamos ter que rezar para ter esperança; é inadmissível tal posicionamento de um representante de uma instituição tão importante para nós, instituição essa que, ao longo de tantos anos, tem nos dado a oportunidade de elogiar o sistema habitacional no momento em que os investimentos são feitos, as realizações são concretizadas e o Governo, de forma bastante firme, resolve investir no setor.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Ouço a nobre Senadora Heloisa Helena, do Estado de Alagoas.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Nobre Senador, compartilho da justa preocupação de V. Ex^a em relação à moradia popular. Infelizmente, o Governo Federal não tem agido com responsabilidade no que se refere a esse tema. Não se deve discutir a habitação popular à luz do que significa base de sustentação ou base de oposição ao Governo, mas à luz do déficit habitacional que existe no nosso País. Faço um reparo no pronunciamento de V. Ex^a quando diz que o Governo Federal deve investir em municípios de Parlamentares da sua base de sustentação e não em municípios de Parlamentares do Bloco oposicionista. V. Ex^a até citou Arapiraca, no meu querido Estado de Alagoas. Esclareço a V. Ex^a que o Município de Arapiraca é comandado por uma Prefeita do PSDB, aliás amicíssima do Senador Teo Vilela, Presidente Nacional do PSDB. O Vice é do PFL, e talvez...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Apenas para ajudá-la e para evitar que V. Ex^a fale mais e que eu responda depois, esclareço que, quando falei em Arapiraca, referi-me ao porte – e fui bem claro nisso – da cidade. V. Ex^a não pode comparar Arapiraca com Belém, que tem quase dois milhões de habitantes na sua área metropolitana.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Não, mas estou dizendo apenas que o Governo Federal tem que fazer...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Com relação ao Governo Federal, não o culpo, de maneira nenhuma. Não o culpo não porque sou da base de sustentação do Governo, mas porque sei que uma ordem muitas vezes não é cumprida.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador, V. Ex^a vai me conceder o aparte ou não? Se V. Ex^a não quiser me conceder o aparte, não tem problema, é regimental que V. Ex^a não...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – V. Ex^a é quem escolhe. V. Ex^a pode escolher. Inclusive a lista de oradores está aberta para inscrição. Agora, V. Ex^a não vai me calar. Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Muito obrigado.

Fica bem claro que, em momento algum, coloco em dúvida a capacidade do Governo Federal. Não o faço só porque sou da base de sustentação do Governo – sou da base desde 1994, e não recentemente, sempre defendendo o Governo Federal e em especial o Presidente Fernando Henrique. No entanto, não posso admitir que o Governo Federal dê uma ordem, tenha uma meta e um tecnocrata, lá na ponta, vá proibir, inibir, bloquear essa ordem, essa vontade e essa determinação do Governo Federal.

Faço aqui o apelo para que realmente a equipe de Governo observe. Estamos, como o Presidente disse, em guerra. E a Oposição colocou o bloco na rua para campanha. Todos os dias há uma movimentação de campanha. E a nossa equipe de Governo precisa estar alerta aos infiltrados – sabemos que existem – que vão conseguir, lá na ponta, impedir a realização de um projeto tão importante quanto esse.

Com relação à Arapiraca, volto a dizer, conheço bem aquele Município desde os tempos de Fernando Collor, até porque as ligações de Fernando Collor com Arapiraca eram muito grandes. Não sei como são agora, mas sei que não dá para comparar a cidade de Arapiraca com a cidade de Belém em termos de população e de necessidades. Não se podem alocar

R\$30 milhões para Arapiraca e nada para Belém. Desculpem-me, mas vou discutir isso até o fim dessa forma.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Luiz Otávio, por gentileza, qual é o partido do Prefeito de Belém?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – O partido do Prefeito de Belém é o PT. Mas qual é o problema? Não há nenhum problema. Financiamento de habitação... A explicação do técnico da Caixa Econômica está negando isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Perdão, mas V. Ex^a está adivinhando o que vou dizer.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Pois não.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quero dizer que o discurso de V. Ex^a é muito importante. Penso que Belém tem todo o direito, tem toda a obrigação...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – O Estado do Pará tem esse direito. Todas essas instituições têm obrigação com o Estado do Pará.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Tenho muito carinho por V. Ex^a, mas, se V. Ex^a me concede um aparte, eu falo e V. Ex^a responde.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Se V. Ex^a quiser que seja assim...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quero apenas dizer a V. Ex^a que estou totalmente solidário com o seu pronunciamento. Falei em Belém do Pará, porque V. Ex^a falou em Belém do Pará. Concordo com V. Ex^a, porque não dá para comparar Belém do Pará com outra cidadezinha, porque são diferentes. V. Ex^a, com toda a razão, fez referência à capa do **Correio Braziliense** de hoje, que trata de algo fantástico. Não tem explicação o fato de uma cidade de... São quantas casas?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Aqui, em Brasília, hoje há duas mil casas montadas.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Duas mil casas em 15 dias! Em 15 dias, em Brasília, em pleno lançamento do plano Brasil em Ação, surge uma cidade de miséria, de barracos. Mas V. Ex^a tem razão, porque o Governo tem de atender. Também não entendo como a cidade de Belém não está contemplada. Estranho esse fato e, por isso, faço a pergunta: será que isso acontece porque o Prefeito é do PT? Não acredito, mas podemos levantar esta dúvida: por que Belém, que tem esse direito e é uma cidade da maior importância, de repente não é contemplada? Estou solidário com V. Ex^a, mas apenas faço esta pergunta: será que é porque o prefeito é do PT? Felicito V. Ex^a, pois considero o seu gesto da maior nobreza. V. Ex^a poderia até ter sido o responsável por

dizer: "Não aloca o recurso aí, porque o prefeito é do PT". Mas, pelo contrário, V. Ex^a está na tribuna defendendo verba para uma cidade cujo administrador é do PT. Isso é patriotismo. Isso é fazer política. Felicito V. Ex^a pelo seu importante gesto.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PPB – PA) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Queria ressaltar que a matéria de **O Liberal** é muito clara: desde 1992, não é destinado recurso para lá. E, na época, o prefeito era até do PFL; quer dizer, não há como ligar a questão partidária à liberação de recursos. Não há liberação de recursos desde 1992, e, apenas de 1995 para cá, o prefeito é do PT. Ficamos quatro anos parados! E a explicação de um técnico da Caixa Econômica – vou até dizer o nome do cidadão, para que amanhã não parem dúvidas –, o Sr. Carlos Roberto Pereira, superintendente de negócios da Caixa Econômica, é que a inadimplência é alta. E o Tribunal de Contas da União desmascarou tudo isso quando mostrou que a famosa inadimplência do Estado do Pará é de 4%. Enquanto isso, no Rio e em São Paulo, a inadimplência está em torno de 62%!

Precisamos avaliar também que a necessidade imperiosa de atender a essas demandas existe ao longo de muitos e muitos anos. Porém, não se pode aplicar o recurso no momento, como se está fazendo agora, porque Belém tem de ser atendida como todas as outras capitais e cidades. O que continuo a afirmar é que não pode haver discriminação, principalmente em relação a um Estado como o nosso, que não pede favor a ninguém e que todo o ano contribui com dois bilhões no saldo da balança comercial – é o segundo Estado. Então, é um Estado viável, onde pode ser aplicado dinheiro. Mas aí falam que existem 4% de inadimplência no setor habitacional. Mas quanto custa isso? Com quanto cooperamos? Quanto pagamos? E quanto vem de lá? Isso também deve ser avaliado, porque senão será sempre mostrada a realidade de uma forma distorcida. E se descobriu tudo a partir do relatório do Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento desta manhã e continuarei no plenário aguardando a orientação da Presidência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da ora-

dora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de registrar, até porque não tive a oportunidade de fazê-lo ontem, a belíssima manifestação que ocorreu em todo o Brasil, chamada O Grito dos Excluídos. Foi um momento muito importante. Com certeza, as duas palavras de ordem – tanto as do ano passado, "Aqui é o Meu País", como as deste ano, "Um Filho Teu não Foge à Luta" – demonstram a grande capacidade de reação da maioria do povo brasileiro, articulado por forças vivas da sociedade, como a CNBB e o Movimento Evangélico Progressista.

Enfim, esse foi um grito não de guerra, mas de amor, de solidariedade, de fraternidade, de busca pela justiça social. Acima de tudo, o que vimos – que certamente pôs medo, muito medo, à elite política e econômica, desde a Marcha dos 100 mil – foi uma voz sufocada do povo se levantando do chão, brotando feito flor do chão árido, em todas as cidades deste Brasil.

Tratou-se de um conjunto de atividades em mais de mil cidades, convergindo para uma grande mobilização nacional. Sua realização foi construída coletivamente. As parcerias aconteceram da forma mais ampla, plural e respeitosa possível com todas as forças vivas da sociedade, num esforço que ocorreu desde a elaboração e preparação até a realização do Grito dos Excluídos, num belíssimo mutirão nacional.

O Grito dos Excluídos ocorre num momento de descontentamento da população, de dor, de sofrimento, de angústia, devido à situação de desemprego, miséria, corrupção e impunidade.

Diante da realidade de fome, desemprego e exclusão, existem muitas alternativas que estão sendo construídas coletivamente. Há lutas populares por todo este País: a Marcha dos 100 mil pelo Brasil, dizendo não à política de Fernando Henrique Cardoso, dizendo não à subserviência e à covardia diante do capital especulativo internacional, com a presença de centenas de movimentos de todo o nosso País; a Marcha Popular pelo Brasil; a Marcha pela Educação pública gratuita, democrática e de qualidade; a Marcha do Movimento dos Sem-Terra. Todas essas marchas contam com a participação de vários setores da sociedade.

O Grito dos Excluídos apontou para uma unificação das lutas, com parcerias permanentes na construção do novo pensar e agir em sintonia com as iniciativas locais, vislumbrando sempre um projeto nacional para o Brasil onde existam, de fato, justiça e igualdade.

A Coordenação Nacional do Grito dos Excluídos lançou também algo que é belíssimo e de fundamental importância para que possamos fazer deste País uma verdadeira Nação: o plebiscito, que se inicia agora, contra o pagamento da dívida externa e o plebiscito que busca unificar as lutas de todos os povos excluídos do mundo com o Grito dos Excluídos mundial.

É mais democrática uma sociedade que consulta os seus cidadãos sobre os caminhos a seguir, pelo menos nas questões mais importantes e que mexem diretamente com a vida dos povos e das populações. Estamos numa sociedade pouco democrática. A maioria das decisões está sendo tomada diretamente pelo Governo, e sua aprovação pelo Congresso Nacional, em muitos momentos, é marcada pela troca de favores, pelo fisiologismo, pelo clientelismo. E os interesses legítimos da sociedade são deixados à margem dessas negociações. Em muitos momentos, estamos longe da democracia.

É por isso que temos a obrigação de usar a nossa voz, a nossa responsabilidade de cidadãos, para fazermos com que a democracia avance em nosso País. É por isso que, com certeza, faremos o plebiscito popular sobre a dívida externa já no próximo ano, com a participação de todos os povos excluídos do mundo todo. Cabe a nós, como cidadãos soberanos, a responsabilidade histórica de convocar esse plebiscito e de convocar todos os cidadãos, inclusive os governantes, os políticos eleitos para cargos legislativos e os juízes, todos os que estão comprometidos com a construção de uma Nação justa, igualitária, fraterna e solidária, para que ajudem a escolher os caminhos mais corretos para se enfrentar o endividamento do Brasil.

Essa decisão é fruto de uma longa caminhada. Está ligada à 3ª Semana Social Brasileira e, de um modo muito especial, ao Tribunal da Dívida Externa. O julgamento da dívida, feito por milhares de entidades não apenas do Brasil e da América Latina, mas também de diversos países explorados do mundo, confirmou em nós, que temos ao menos bom senso, independentemente das nossas convicções ideológicas, a certeza de que, além de ser matematicamente impagável, ela é imoral, injusta e ilegal. Os custos sociais do nosso endividamento são inaceitáveis, e é por isso que as dívidas externa e interna estão por trás do atraso das nossas políticas sociais, aumentando o peso da exclusão que leva ao desespero, ao suicídio, à marginalidade e à morte de milhões de brasileiros.

São inaceitáveis, pela mesma razão, as decisões políticas dos últimos Governos federais e, em

especial, do Governo atual. Elas absolutizam a economia, colocam o País nas mãos do capital financeiro internacional. Com dívidas feitas para renegociar as dívidas já existentes e para manter crédito junto aos credores, o País tornou-se refém dos juros mais altos do planeta. Isso comprometeu as riquezas, a inteligência e a soberania da Nação.

O próprio povo é objeto de troca dessa dívida. O desemprego crescente nos é imposto como estratégia para facilitar exportações que deveriam financiar nosso endividamento. Na realidade, ficamos sem empregos, sem exportações, sem coisa alguma para oferecer como aval, sem crédito.

Resta-nos aceitar esse enforcamento comandado doentamente pelos detentores do poder político do Brasil e pelos grandes especuladores internacionais? Não! Várias mobilizações populares e sociais não aceitam essa imposição como se fosse um simples destino e apresentam propostas diferentes para o nosso País.

Exatamente por isso estamos todos convocados. Estão convocados os que não se dobram, os que não se curvam e os que não se ajoelham covardemente para trabalhar em favor da organização do nosso plebiscito, cuja preparação se inicia a partir desta semana. Que possamos viver o lema do nosso Grito dos Excluídos, aquilo que está expresso no Hino Nacional. Alguns sabem sua letra, mas não a cumprem e não defendem o seu País, a construção de uma Nação.

Portanto, parabéns a todos que foram à praça pública no dia do Grito dos Excluídos, a todos que, nas mais diversas atividades, conseguem dizer: "Um filho teu não foge à luta" e "Aqui é o meu País, aqui é o nosso País". Parabéns a todos que participaram desse belíssimo momento nacional juntamente com a Igreja Católica, o Movimento Evangélico Progressista, o MST, a CUT e a Contag, enfim, com todas as forças vivas da sociedade que querem fazer deste País uma verdadeira Nação e não um anexo do Fundo Monetário Internacional.

Durante o discurso da Sr^a Heloísa Helena, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, por vinte minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR NABOR JÚNIOR QUE, RETIRADO PELO PARLAMENTAR, PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, faço questão de vir à tribuna interpretar o pronunciamento que fiz ontem nesta Casa, para demonstrar que não tive outra intenção senão aquela que expressei.

Fazendo uma análise dos acontecimentos que envolveram os Ministros, falei da tribuna que eu, na sexta-feira, fiz um pronunciamento para apelar ao Presidente para que providenciasse o preenchimento do cargo, e que, na segunda-feira, fiz outro pronunciamento. E que tanto na sexta quanto na segunda-feira, o Presidente Antonio Carlos, que estava presidindo os trabalhos, não estava presente. Eu disse que S. Ex^a fez falta e pedi-lhe que isso não se repetisse. Depois, lendo o pronunciamento, vi que o que eu dissera poderia ser interpretado como se fosse uma crítica ao Sr. Antonio Carlos, principalmente no momento em que estavam presentes aqui ilustres Senadores do Congresso francês.

Senti-me contrariado, porque desse episódio resultou uma interpretação diferente da que era minha intenção.

Em primeiro lugar, nas segundas e nas sextas-feiras as sessões são não deliberativas, não há pauta, não há votação. Conseqüentemente, em sessões como a de hoje, por exemplo, sexta-feira, não se pode cobrar, absolutamente, de nenhum parlamentar, o fato de não estar na Casa. Todos sabemos que o parlamentar trabalha no plenário do Senado e nas comissões. E, muitas vezes, o trabalho mais árduo é feito na base que ele representa. E lá, no seu Estado, andando pelo interior, debatendo, discutindo, o parlamentar é o intérprete da sociedade. Ao ficar no Congresso, ao ficar em Brasília, e ao não visitar as suas bases, ele corre o risco de não interpretar o pensamento delas.

É verdade que venho lutando há muito por um projeto que altere essa forma de funcionamento do Senado Federal, que considero equivocada. É até uma questão de economia! Fala-se tanto em economia! Agora mesmo, o Senador Nabor Júnior, em seu pronunciamento, falou sobre o corte das aposentadorias dos seringueiros da Amazônia. Creio que, em vez de recebermos quatro passagens por mês, deveríamos receber uma; em vez de ir quatro vezes às nossas bases, iríamos uma vez por mês. Assim, o Congresso funcionaria não apenas às terças-feiras e quartas-feiras – agora ele não funciona nem na quin-

ta-feira à tarde. Começou com a sessão de sexta-feira pela manhã. Posteriormente, a sessão de quinta-feira também passou a ser pela manhã.

Pelo meu projeto, nos dias 26, 27 e 28 de cada mês faríamos toda a pauta do mês seguinte. Assim, discutiríamos e votaríamos toda a matéria. Se levar 20 dias, teremos 10 dias para ir para nossas bases; se levar 18, teremos 12 dias para ir para nossas bases; e se levar 5 dias – o que é um absurdo –, teremos 20 dias para ir para as nossas bases.

Dessa forma, a pauta do Senado estaria sempre em dia, não haveria matéria atrasada, e não aconteceria conosco esta loucura: passamos um terço do nosso tempo em Brasília, um terço na base e um terço andando de avião e de carro para lá e para cá.

Um amigo meu, de quem tenho muita pena, é Deputado Federal pelo PPB – do seu Partido, Senador Luiz Otávio – lá da zona de Uruguaiana, Santana do Livramento, Bagé. Ele me disse que pega um avião – e nós, gaúchos, não temos nem um vô direto – daqui, desce no Paraná – fica uma hora no Paraná quando não fica mais – e, depois, chegando em Porto Alegre, ele pega um ônibus que leva dez horas para chegar em Uruguaiana. E lá, de uma cidade para a outra, leva um hora, uma hora e meia, duas horas. Todo final de semana ele tem que fazer isso. Isso é um absurdo! De acordo com o meu projeto, ele ficaria na Câmara dos Deputados trabalhando 10, 15, 20 dias – segunda, terça, quarta, quinta, sexta, sábado e até domingo. Poderiam questionar: trabalhar no domingo? Ninguém trabalha no domingo. Mas que bom! Esta Casa tem fama de não trabalhar? E diriam: O Congresso está trabalhando aos domingos! Depois de trabalharmos seguidamente, poderíamos ir uns dias para casa.

Como o meu Projeto não foi aprovado, fiz por minha conta. Estou morando em Brasília. Peguei minha mulher, meu filho menor e estou morando em Brasília. Por isso que tenho vindo às sextas-feiras aqui. Estou indo a Porto Alegre periodicamente, mas fico um período maior lá. Mas não posso criticar alguém que não esteja numa sessão de sexta-feira ou numa sessão de segunda-feira.

Eu não quis fazer nenhuma crítica ao Sr. Antonio Carlos porque não estava na sexta-feira e não estava na segunda-feira. Repito: até porque nenhum Parlamentar tem obrigação de estar presente. O que eu quis dizer – e veja que nem sempre se é feliz no que se quer dizer – é que S. Ex^a fez falta. Talvez eu tenha exagerado. O que quis dizer é que S. Ex^a fez falta na intermediação, no diálogo que poderia ter tido

com o Presidente da República. Foi nesse sentido e não no sentido de falta.

Agora, reconheço que cometi um equívoco, porque não me dei conta de que estavam presentes os Senadores franceses e de que poderiam interpretar de maneira diferente. Mas como, o Presidente do Congresso está aí, não está aí, está sendo criticado publicamente? Então eu quero esclarecer. Tenho as minhas divergências com o Sr. Antonio Carlos Magalhães. Quando as faço, as faço de frente, mas naquela ocasião não era a minha intenção. Absolutamente, não era a minha intenção.

Li no jornal que o Dr. Antonio Carlos Magalhães disse algo muito interessante, na página dessa extraordinária jornalista, pela qual todos nós temos uma grande admiração, que é a Tereza Cruvinel, onde, aliás, a minha forma de falar tem sido interpretada de várias maneiras, mas a Sr^a Tereza interpretou como um "helicóptero, que gesticula, gesticula". Mas, tudo bem! Diz o Dr. Antonio Carlos Magalhães a dona Tereza: Engraçado, o Pedro Simon pode criticar e pedir demissão de Ministro da tribuna e eu não posso, pelo jornal!

Pelo amor de Deus, claro que pode! Claro que pode! O que eu quis dizer é que um telefonema do Sr. Antonio Carlos Magalhães ao Presidente da República teria um efeito importante.

Não sei se foi a intenção do Sr. Antonio Carlos, querendo ou não querendo, mas no momento em que S. Ex^a diz à imprensa – e eu estou totalmente de acordo, acho que S. Ex^a está certo, o prazo inclusive está correto, 90 dias – e esse novo Ministro que, parece, assumirá na próxima terça-feira, se em 90 dias não houver modificações complica a vida dele e a do Dr. Malan, está absolutamente correto, absolutamente correto. Só que eu achei que na posição de S. Ex^a, a rigor, S. Ex^a colocou no jornal aquilo que é real mas já marcou data: a próxima crise vai aparecer daqui a 90 dias. Daqui a 90 dias teremos a próxima crise, porque acho muito difícil que até lá essas questões sejam questionadas.

Mas, Sr. Presidente, fiquei muito satisfeito em ler, hoje, em **O Estado de S. Paulo** a publicação de parte do meu pronunciamento em que me referi à crítica que recebi no principal editorial do dia anterior. Acho essa parte digna de admiração e de respeito. Magoa-me quando a imprensa publica – e é um direito dela, sou a favor da liberdade de imprensa, considero-a altamente positiva e soma muito – uma nota ou faz uma análise sobre um político ou sobre um empresário, um Ministro ou qualquer cidadão, e na hora da resposta publica três, duas ou uma linha e, às ve-

zes, lá no final da página em que não se consegue nem ler. Faço justiça ao jornal **O Estado de S. Paulo** que hoje publica, com destaque, quase que íntegra do meu pronunciamento naquilo em que crítico **O Estado de S. Paulo**. Com o resto eles até não se preocuparam. Eles se preocuparam em publicar a crítica feita ao **Estado de S. Paulo**. Esse é o velho **Estadão** que conheci. Esse é realmente o **Estadão** que respeito e pelo qual tenho muita admiração.

É claro que já estou vendo o editor de anteontem dizendo: o Senador Pedro Simon, quando é crítica, não gosta, mas quando é elogio, gosta. Em primeiro lugar, não houve nenhum elogio. Eles apenas publicaram o que eu falei. Não houve nenhum elogio e nenhuma concordância com **O Estado de S. Paulo**, hoje, naquilo que eu disse. Apenas eles publicam, dão o direito de resposta àquilo que eu falei com relação ao que aconteceu.

Outra questão, Sr. Presidente, é que não tive condições de responder ao ilustre, meu querido amigo, líder do Governo, o Senador Arruda. Ele contou uma história realmente muito bonita, que eu já conhecia e já inclusive a repeti muitas vezes no decorrer da minha vida. Realmente, pobre daquele galo, Sr. Presidente, que pensa que o sol nasce porque ele canta. Pobre daquele galo! E temos realmente muito disso no Brasil. Temos tanta gente que pensa que as coisas acontecem por causa dele! Falta tanta humildade neste País, principalmente a nós, políticos! Valdade! Pretensão! São fatos que nos levam quase que permanentemente à singeleza de entender que fazemos parte, que somos parte de uma sociedade, com uma responsabilidade maior, porque as contingências – nem sempre a nossa capacidade – nos levaram a uma posição de onde temos uma missão a prestar. Cumprir essa missão nada mais é do que nossa obrigação.

Quero dizer ao Senador José Roberto Arruda que a história que S. Ex^a contou não me magoou, que não me senti atingido. O galo que canta e pensa que, se não cantar, o sol não nascerá. Quem sou eu para imaginar que, diante da realidade, do dia-a-dia, dos problemas, das dificuldades e das lutas que vêm pela frente, terei participação em qualquer tipo de ação governamental?

Há muito aprendi, Sr. Presidente, que nesta Casa, por exemplo, podemos fazer os discursos mais bonitos, de maior conteúdo, de maior profundidade, os mais corretos que, na hora de votar, infelizmente, os Senadores já têm seus votos estabelecidos. Não mudam o voto. As pessoas que mais entendem, que têm mais experiência, sabem o resultado de qualquer

votação. Se houver um resultado diferente, pode-se imaginar que foi por causa do discurso de A, B ou C, mas veremos depois que foi em função de determinado partido ter mandado um recado ao Governo dizendo que estava chateado por alguma razão. Verifica-se, então, a causa da mudança do voto, e nunca foi devido a um pronunciamento.

Todas as vezes em que a imprensa me procura tenho dito que o Sr. Mendonça de Barros renunciou num ato de competência dele. A gravação que tinha saído era extremamente clara, e os fatos que tinham acontecido deixavam-no numa situação muito difícil. O Sr. Barros, então, renuncia e sai por cima. Daqui do Senado, ele telefonou e renunciou. Do contrário, a imprensa não pararia, ou a cobrança não pararia, e ele terminaria renunciando. O gesto de inteligência foi dele. Não tive participação alguma, absolutamente nada multiplicado por nada, mais nada, mais nada. Isso eu sempre disse. Não estou dizendo apenas agora.

O problema de o Sr. Clóvis ter saído ocorreu porque, na verdade, ele não chamou apenas o Ministro da Fazenda de covarde. Ele chamou o Presidente da República de covarde.

O Ministro da Fazenda hoje não é como o Dr. Delfim na época da ditadura militar. O Dr. Delfim ditava, orientava, era o senhor da política econômica; os generais nem entendiam, nem liam. Além de futebol, não sei em que outras coisas o Sr. Médici se aprofundava. Ali, o responsável era o Delfim. Ele, e não tinha nem equipe, porque a equipe era de auxiliares seus. Então, quando se criticava a política do Delfim, era a política do Delfim.

Mas hoje, não. Hoje, o Presidente é o Senhor. Fernando Henrique Cardoso. A política que está aí foi adotada quando era Presidente o Sr. Itamar Franco, mas Ministro da Fazenda o Sr. Fernando Henrique Cardoso, e é a política que o Senhor. Fernando Henrique Cardoso vem adotando.

O Sr. Pedro Malan – repito – não tem vida própria. Ele não é como o Ministro dos Transportes, meu amigo, que é um Senador do PMDB atingi-lo é atingir o PMDB. Ele não é como um Ministro do PFL, principalmente os Ministros do Sr. Antonio Carlos atingi-lo é atingir o Sr. Antonio Carlos. Ele é Ministro do Senhor. Fernando Henrique Cardoso, e a sua política é a política do Senhor. Fernando Henrique Cardoso, que foi chamado de covarde pelo Sr. Clóvis.

É claro que eu não tive nada a ver com isso. Por isso, quero dizer ao meu querido amigo Arruda que, se S. Ex^a ainda não me conhece, precisa me conhecer. Seria contra toda a minha natureza, toda a minha

maneira de ser, eu ter uma pretensão ridícula e absurda de ter tido qualquer participação na queda do Sr. Clóvis Carvalho.

Gostaria de agradecer ao jornal **O Estado de S. Paulo** por publicar o que eu disse aqui desta tribuna. Trata-se de algo que me parece importante: é claro que, na política, infelizmente, somos todos nivelados. Tenho dito e repetido isso. Por isso, tenho apresentado uma série de projetos no sentido de que se esclareça a vida do político.

As coisas não podem continuar como são até aqui. O escândalo de hoje cede para o escândalo de amanhã, e do escândalo de ontem ninguém se lembra mais, porque estão tomando conhecimento do escândalo de hoje, que vai ser esquecido pelo que vem depois.

Apurar, terminar com a impunidade. Mas não se vai terminar com a impunidade querendo punir o ladrão de galinhas, o infrator de trânsito, o coitado da favela que deu guarida a alguém responsável pelo tóxico, muitas vezes por medo e por terror. É necessário combater a impunidade pelos que estão em cima e, a rigor, começando por nós, os parlamentares. Se vamos fazer legislação, temos de começar por nós — perdoem-me os magistrados — e continuar por eles.

Vejam o caso dramático que aconteceu agora em Mato Grosso: isso é da maior seriedade. Reparem como é necessário algo que atinja essas questões. Não sei se é como pensa o Sr. Antonio Carlos, de o Congresso ter uma comissão permanente para investigar o Judiciário. Não sei. Mas, como está não pode. Um fato como esse não pode acontecer.

Para combater a impunidade, temos que começar por nós. Os pedidos de licença para processar parlamentares não podem permanecer na gaveta do Senado ou na gaveta da Câmara dos Deputados. O parlamentar tem que ser processado, tem que ser denunciado. Tem que ser apurado o que existe contra o parlamentar.

E eu inverte: se há alguma denúncia contra o Pedro Simon, que se abra o processo contra o Pedro Simon. Se ele fez isso, fez aquilo, roubou, não sei mais o quê, abra-se o processo. No final, com o processo apurado, com as provas prontas, se o Senado quiser, pode assumir a responsabilidade de pedir que o processo pare. Que mande vir o processo pronto e não como agora, que proíbe a sua instauração. Proíbe de fazer-se o levantamento, proíbe de tomar-se conhecimento. O pedido de licença fica na gaveta, e nada acontece. Não. O delegado apura, o promotor denuncia, o juiz verifica e na hora de pronunciar, está pronunciado. Se o Senado quiser, que o Plenário

peça a vinda do processo para dele tomar conhecimento, mas assumindo a responsabilidade por isso. Mas não se pode aceitar o que acontece hoje: o processo ficar na gaveta e não acontecer nada.

Deve começar por nós, depois o Judiciário e, em seguida, o Executivo, para que possamos chegar lá. Mas, como isso não acontece... A classe política é uma só: são todos iguais e nivelados por baixo.

V. Ex^a sabe, eu sei, nós sabemos que em toda profissão há o ótimo, o bom, o ruim e o péssimo. Na classe médica, há o excepcional, às vezes um desbravador, como está acontecendo permanentemente no setor da medicina cardíaca e em tantos outros setores, em que verdadeiras revoluções estão ocorrendo. Há também os médicos ótimos — vou-me operar com Fulano, pois ele é muito bom — e há os de que ninguém gosta, porque não têm boa fama.

Nós, políticos, não, porque qualquer pesquisa nos coloca em último lugar. Somos os piores, depois vêm os banqueiros e os empreiteiros. São essas as três últimas categorias, e nós estamos sempre em último lugar, porque somos nivelador por baixo. Os fatos existem, são denunciados, e o político, por mais sério que seja, se quiser provar que é direito, que é honesto, não pode fazê-lo, porque o processo não anda.

Por exemplo, em **O Estadão** de ontem, o ilustre jornalista que redigiu o editorial me colocou como um político profissional, que tem interesses em guardar cargos para que políticos ocupem. Quer dizer, me colocou na linha daquilo que tem de pior na vida pública. O que eu posso fazer para responder?

Eu faria um apelo, um grande apelo à direção de **O Estado de S. Paulo**: que investigue a minha vida e publique todas as vigarices que eu pratiquei; que vá a Porto Alegre e procure meus maiores adversários, aqueles que são mais contra mim, e pergunte a eles: esse tal de Pedro Simon é um político profissional? É um político assanhado? É isso e aquilo? Procurem investigar e publiquem, publiquem o que quiserem sobre o meu governo ou a minha passagem pelo ministério. Porém, quando fazem um editorial, induzem as pessoas que o lêem a pensar que estão lendo aquilo que é o pensamento do jornal. Da forma como fizeram, poderão levar as pessoas a pensar o seguinte: "Esse Simon é um político safado! Olhem o que **O Estadão** diz dele". E fica tudo por isso mesmo? Acho que não é correto.

Um editorial é, afinal de contas, uma matéria que representa a posição dos editores de um jornal. Um cidadão pode escrever o que pensa numa matéria assinada, é um direito dele. O fulano de tal, em sua

crônica, pode dizer o que pensa; o beltrano, em sua coluna, pode dizer o que pensa e estarão tornando públicas as suas posições, aquilo que pensam. No entanto, um jornal da tradição de **O Estado de S. Paulo**, ao expressar seu pensamento num editorial, pode demolir um cidadão. As pessoas pensarão: "O Estadão disse isso".

Como posso responder? O que eu posso fazer? Deveria haver uma ação judicial que permitisse ao cidadão exigir que o processassem para que ele pudesse provar verdades ou mentiras – se é verdade, sou um vigarista; se é mentira, sou uma pessoa de bem. Essas questões são muito delicadas.

Que bom ver **O Estado de S. Paulo** com a liberdade de imprensa pela qual tanto lutou! O Estadão foi daqueles jornais que não se dobraram, que resistiram, que não se entregaram. Esse mérito ele tem. Lutávamos ontem contra a censura, quando O Estadão não podia publicar. Portanto, a última coisa que queremos é falar em censura. Que bom que vivemos a liberdade de imprensa! Quanto a isso, aliás, acho que há uma unanimidade em relação ao Governo do Senhor. Fernando Henrique Cardoso: a liberdade de imprensa existe. A liberdade de ir, de vir, de debater, de discutir, de se manifestar é patente – vai a extremos que não imaginávamos.

Tenho muitas simpatias dentro do PT. Tenho o maior respeito pelo PT, mas até hoje não tive a satisfação que teve o Sr. Antonio Carlos, que é convidado de honra do PT para expor o seu projeto em seminário que estão promovendo. O Lula lhe telefonou e lhe fez um convite para que participasse de um seminário que o PT vai organizar para debater a questão da miséria. É tão bonito esse gesto, tão positivo, que soma para o PT, para o Sr. Antonio Carlos, para a democracia e para o Brasil.

Esse gesto do PT de convidar o Sr. Antonio Carlos para discutir o problema da miséria é algo altamente positivo. Ganha o PT, ganha o Sr. Antonio Carlos, ganha a democracia. Não ganha o setor mais radical do PT, que deve estar irritado – parece que estou vendo no plenário alguém já se agitando nesse sentido. Mas essa não foi a minha intenção, a minha intenção não foi criar divergências dentro do PT, mas vai haver alguma divergência. De qualquer forma, penso que agiu muito bem o PT.

Esse convite do PT ao Senador Antonio Carlos Magalhães é uma demonstração do espírito que anima nossos tempos: um espírito realmente democrático, um espírito efetivamente democrático. Dentro desse contexto, posso dizer: que bom que existe a liberdade de imprensa!

Quem sou eu para agora querer me dirigir aos editoriais de **O Estado de S. Paulo**? Mas eu me atrevo. Procurem ver tudo o que eu disse do novo Ministro. Eu nunca toquei na honra dele. O jornalista se equivocou no seu editorial. Eu nunca brinquei com a honra dele, até porque não o conheço. Não tenho nada contra ele. Ao contrário, aquilo que sei sobre ele depõe a seu favor: é um cidadão que começou como contínuo e, graças a sua competência, terminou como vice-presidente do Bradesco e presidente da Febraban.

O que falei é que não me parecia ético que um cidadão havia presidido a Febraban ocupasse esse Ministério. Quando lutamos para criar a CPMF, os empresários de São Paulo lideraram uma guerra contra nós para que esse imposto não fosse aprovado e, após a sua aprovação, a Febraban entrou na Justiça contra a lei já existente – após ter atacado o projeto –, para que a Justiça não permitisse que a Receita Federal tomasse conhecimento das contas dos bancos. O banco pode ter e a Receita não pode ter? Eu disse que um cidadão que tem essa mentalidade não poderia ocupar um ministério.

Eu disse que o Bradesco – com todo o respeito –, na nossa CPI do Sistema Financeiro, estava no final da linha. O Senador Roberto Requião encaminhou seu relatório – após ter sido aprovado unanimemente na comissão – à Procuradoria, que nada fez. Foram denunciados governadores, prefeitos, homens importantes, ex-secretários e donos de grandes bancos – e não me refiro ao Banco Marka, mas sim a bancos importantes. Não fizeram nada. Com a ajuda da impunidade, o vice-presidente do Bradesco termina Ministro! Foi isso que estranhei.

Estranhei que o presidente da Camargo Corrêa, talvez a maior empreiteira atualmente no Brasil, tivesse sido nomeado ministro. A Camargo Corrêa está tomando conta das estradas paulistas que estão sendo privatizadas. Grande parte do PIB do Estado de São Paulo circula pelas estradas da Camargo Corrêa, que, com o dinheiro do BNDES, ficou também, após a privatização, com uma das mais importantes companhias de eletricidade do Estado de São Paulo.

Esse cidadão não é o homem mais indicado para ser ministro em uma hora como a que vivemos. Reparem que não estou tocando na honra nem na dignidade do cidadão, porque não o conheço. Estou falando de fatos que, associados a outro homem qualquer, também o desabonariam para ocupar um ministério. É estranha essa nomeação exatamente na hora em que um governo social-democrata – pelo menos no nome ainda é social-democrata – vê-se diante

do grande dilema entre promover o desenvolvimento ou apenas manter a estabilidade – na minha opinião, um debate grotesco. Que estabilidade é essa em que não há desenvolvimento? Que desenvolvimento é esse que não busca a estabilidade? Tem que haver uma ligação entre os dois.

Esse ilustre homem – com relação ao qual só ouço referências favoráveis, principalmente de empresários –, transformou-se no melhor banqueiro – dirigiu o banco que mais cresceu – e também foi presidente da Febraban; está agora na maior empreiteira do País – que estava muito mal e que agora vai bem e está com o controle das estradas e a energia de São Paulo. Ele é muito capaz, mas será que esse é o homem para um Brasil que tem os dramas que estamos vivendo, onde o Ministro da Fazenda está apavorado segurando o cofre para ver de onde vai tirar e onde vai aplicar? Não sei o que a minha amiga Tereza Cruvinel vai dizer do que estou falando, mas o que é que posso fazer?

A esta altura, a primeira coisa que se tinha que saber era onde aplicar. Sr. Presidente, V. Ex^a acabou de ocupar a tribuna para lamentar que o Governo não se sensibiliza com o drama que vive Belém do Pará. V. Ex^a tocou num problema que é real. Temos milhões de brasileiros embaixo da ponte ou de um barracão. Essa situação o Sr. Alcides Tápias não conhece, pois pessoas assim nunca entraram no Bradesco, nunca foram à empreiteira que ele dirigiu. O novo Ministro nunca viu essa gente, não conhece esse problema, porque esse problema é de gente que não sabe pagar juros e não contrata obras junto a empreiteiras.

Deveria ocupar o Ministério alguém que tivesse a sensibilidade que Fernando Henrique tinha até algum tempo atrás, e porque ele tinha essa sensibilidade Itamar foi buscá-lo para ser Ministro da Fazenda. O Itamar não foi buscá-lo para ser Ministro da Fazenda pelo seu conhecimento de Economia, porque nunca se ouviu falar que ele entendesse de Economia, não tem livros, obras, absolutamente nada publicado sobre Economia. O que o Sr. Fernando Henrique tem publicadas são obras sociais, de Sociologia, de realidade, do dia-a-dia, da vida da nossa gente e do nosso povo. Essa é a especialidade dele e por isso foi convidado. Se olharmos a origem do Plano Real – e eu era Líder do Governo de Itamar Franco –, posso dizer que não conheço Ministro da Fazenda que tenha sido tão competente e sério como o Sr. Fernando Henrique Cardoso. E quero dizer mais: o Sr. Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda, não teve um gesto buscando a candidatura. Lembro-me que, em um de-

bate com o PT sobre salários, S. Ex^a dizia que era contra e que não dava. O PT respondeu que isso derrotaria o Governo, a que o Sr. Fernando Henrique respondeu que não tinha importância. Se o preço para o Plano dar certo era o Governo perder a eleição, que assim fosse. S. Ex^a tinha sensibilidade e firmeza, eu o ouvi dizer não. S. Ex^a tinha sensibilidade, mas, parece-me, que agora não tem.

Quero dizer ao novo Ministro que tenho por ele o maior respeito e que, se ele assumir, vou rezar para que dê certo. Tomara que dê certo! Entretanto, e isto me choca, o Doutor Fernando Henrique não podia nomear como símbolo do seu plano – do trilhão e cem bilhões –, como símbolo do desenvolvimento que ele vai querer um dos maiores banqueiros, um dos maiores empreiteiros do Brasil. Sua Excelência não foi feliz, não foi feliz!

Sr. Presidente, estive presente, ontem, na Comissão da Pobreza assistindo ao debate ali travado e fico a me perguntar: o que nós queremos? O que nós estamos fazendo aqui? Que debate é esse? Que elite é essa política, econômica, social, religiosa, onde as coisas não acontecem, onde elas não têm consequência? Parece que nós todos estamos fazendo um jogo de mentirinha: eu faço de conta que estou falando aqui, bato na mesa; vocês fazem de conta que estão me escutando; e a miséria continua miséria; e os problemas sociais continuam; e a elite continua; e continua havendo falta de decisão. Será que nós perdemos a capacidade de conversarmos para valer? Será? Eu fico a me perguntar o que nós queremos.

Agora criamos uma Comissão da Miséria. Então, estamos lá debatendo e realizando conferências as mais profundas e de maior conteúdo para definirmos o que é miséria, qual é o índice da miséria. Já ouvi uma meia dúzia de conferências, as mais profundas, de maior conteúdo nesse sentido. Assunto profundo: saber, estabelecer o que é miséria. Ora, vamos levar uns dois meses de debate ali na Comissão somente sobre esse tema. Depois, discute-se quais são as fórmulas, se vale a pena socorrer o que está morrendo de fome dando comida ou se tem que deixar essa gente morrendo de fome, mas dar o anzol para que ela possa pescar lá adiante.

Na verdade, na verdade, se não tivermos uma intenção, um sentimento, se não basearmos a nossa linha de ação no sentido de buscar alguma coisa, não adianta nada, Sr. Presidente. Não adianta nada! Temos que ter um propósito que entenda que, na sociedade, temos cidadãos com direitos inalienáveis. Se decidíssemos o seguinte: nada, nenhum senador vai viajar para o exterior; nada, nenhuma obra vai ser pu-

blicada; nada, nenhum jatinho levará ministro; nada, nenhuma obra do Supremo e de qualquer ministro será refeita enquanto tivermos fome no Brasil, será uma decisão. Estaríamos dando uma prioridade: não, não há nada; esse dinheiro está todo ali, para que não haja fome, que é o problema nº 01 deste País. Seria uma questão.

Quando o Betinho lançou uma campanha contra a fome, ele foi muito criticado. Diziam que fazer campanha para dar uma cesta ao cidadão era assistencialismo. Diziam que a campanha era ridícula, que o cidadão tinha era que aprender a trabalhar, a ganhar seu sustento. O Betinho recebeu a crítica, mas aceitou o encargo, era um plano emergencial.

Vamos fazer um plano de erradicação da fome, enquanto fazemos um outro para erradicar a miséria. Mas o que fazemos? Os gastos estão aí, os exageros estão aí e, às vezes, o importante são as decisões. Se o Congresso Nacional resolvesse que viveríamos um ano a pão e água, sem gastos supérfluos nenhum, seria pouco, mas seria um exemplo. Se o Presidente da República fizesse a mesma coisa e o Judiciário também, seria um começo.

Sr. Presidente, existe um Projeto tramitando – não sei aonde vai parar – que diz que o maior salário no Brasil não pode ser vinte vezes maior do que o menor salário. Recebi um aparte de um Senador que me perguntou se eu queria que um Senador vivesse com R\$2.600,00. Eu respondi que não, que eu não queria que um Senador vivesse com R\$2.600,00. Então perguntei como podia viver um cidadão com R\$130,00. Eu estou fixando o nosso salário ligado ao dele, porque no momento em que o nosso salário estiver ligado ao dele nós vamos querer aumentar o mínimo, porque aumentamos juntos. Enquanto não der para aumentar o mínimo, não vamos aumentar o nosso. Enquanto não der para aumentar o dele, não vamos aumentar o nosso. Vamos ter que cortar muita coisa? Vamos ter que cortar muita coisa, mas não o pão, o leite, o remédio para os filhos – gastos que o pobre tem que cortar. Se nós não fizermos uma reformulação de mentalidade, não adianta. Vai continuar tudo muito bacana, tudo muito bonito, tudo muito bem... Nós falamos aqui, ouvimos o Senador Lauro Campos com a suas aulas, que são nota 10 de conteúdo, de profundidade, e vamos para casa dormir satisfeitos.

Lembro-me dos meus tempos de estudante, Sr. Presidente, quando eu presidia a junta governativa da UNE, quando nós nos reuníamos e tomávamos aquelas decisões que iam até a madrugada, dois, três dias, contra o uso da bomba atômica, contra a guerra na Coréia; as nossas batalhas eram as mais fantásti-

cas. Lutávamos, nos matávamos e lá na madrugada, quando vencíamos, íamos dormir com uma sensação fantástica. Dormíamos felizes da vida, porque o assunto estava resolvido. A decisão que tomávamos era mandar para os Estados Unidos um manifesto protestando contra não sei o quê, contra não sei o quê... Não mudava nada, mas dormíamos tranquilos.

A rigor nós estamos fazendo isso. Nós estamos em um Congresso de muito boas intenções. Alguém duvida que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha boa intenção? Será que alguém coloca isso em dúvida? É o mais bem intencionado. Mas quem é que não imagina que, até na vaidade, que é uma das realidades do nosso Presidente, Sua Excelência não gostaria de sair do Governo endeusado nos braços do povo: "Fernando Henrique Cardoso, o pai dos pobres", "Fernando Henrique Cardoso, o Presidente que transformou o Brasil", "Fernando Henrique Cardoso, o Presidente que colocou o Brasil no Primeiro Mundo", "Fernando Henrique Cardoso, o Presidente que fez do Brasil uma das sete economias do mundo." É claro que Sua Excelência gostaria. É claro que, no fundo, Sua Excelência sonha com isso, que Sua Excelência daria a metade dos anos que lhe faltam de vida para que isso acontecesse.

Mas entre querer e fazer há uma diferença muito grande!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Senador Pedro Simon, V. Exª já ultrapassou o seu tempo em praticamente 26 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu só estava passando o tempo, até que chegasse o nosso querido Senador, brilhante representante de Brasília, Dr. Lauro Campos. Como S. Exª já está presente, vou encerrar. Como não havia ninguém para falar e a sessão ia se encerrar...

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Senador Pedro Simon, a Bancada do PT está toda aqui, prestigiando o discurso de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas os dois chegaram agora.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permitte-me V. Exª um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não lhe concederei o aparte, porque V. Exª virá à tribuna para falar.

Sr. Presidente, atendendo ao apelo de V. Exª, encerro meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, peço permissão para falar sentado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Pois não, V. Ex^a tem a permissão da Mesa para falar sentado.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o que vou dizer é o que gostaria de ter falado em aparte ao Senador Pedro Simon, mas, como o tempo foi muito curto, não houve brecha para que eu pudesse inserir meus modestos comentários.

Fiquei paralisado numa espécie de temor reverencial, porque, além de todos os títulos, muito merecidos e justos, que o Senador Pedro Simon têm, S. Ex^a agora é candidato a Presidente da República e, nessa esfera, transito muito pouco. Tenho ainda um certo receio, um temor reverencial pela Presidência, pela Vice-Presidência, por esses altos cargos que sempre foram tão distantes da minha modesta vida.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, a minha candidatura é como a de V. Ex^a quando foi candidato a candidato na convenção do Distrito Federal. Tenho mais ou menos a pretensão de fazer o percentual que V. Ex^a fez.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Estou vendo que V. Ex^a também foi tomado da mesma modéstia que tive naquela ocasião.

Pretendo, quando minha saúde melhorar um pouco, voltar à tribuna para fazer um daqueles longos, aborrecidos – e tão bem recebidos pela paciência do nobre Senador Pedro Simon – pronunciamentos que costumo fazer. Eu o estou escrevendo desde que saí do hospital, ele já está com 18 páginas, e, obviamente, não vou poder terminá-lo. Mas aquilo que falamos em duas horas também podemos falar em dois minutos.

Faço apenas um alerta, porque sou o Senador mais idoso do Senado. O Senador Bello Parga é uma semana mais novo do que eu, e o nobre Senador Pedro Simon é um ano e meio mais novo do que eu. Quem realmente é mais idoso do que eu é o Presidente ACM, que é um ano e meio mais velho do que eu.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Perdoe-me V. Ex^a, mas ele engana. Pensei que S. Ex^a fosse mais novo.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Pois é. Quando temos uma vida de maiores frustrações e lutas, de poucas vitórias, como a minha, costumamos envelhecer mais depressa.

Desde o início da minha tentativa de entender essa confusão que é o mundo moderno, no início dos anos 50, comecei a estudar Economia. Eu já ha-

via feito algumas incursões no curso de Direito, e foi uma frustração não ter podido ser psicanalista, que era aquilo que eu realmente desejava ser, mas eu teria que estudar Medicina para ser psicanalista, pois, no meu tempo, não havia curso de Psicologia. Comecei, então, a estudar, com 15 anos, a psicanálise, conheci bastante da Escola de Viena, mas tive que me encaminhar para outros setores.

Essas discussões sobre a economia, hoje, em minha opinião, são uma repetição que me exasperam. Há que se ter paciência de Jó e mais alguma coisa para assistir à repetição das mesmas discussões, dos mesmos temas. Naquele tempo, quando o mundo se dividia, se rachava ao meio, com a guerra fria, entre capitalismo e socialismo, no Brasil não se discutia isso. O espaço da discussão foi ocupado pelo FMI, tido como estabilizante e antidesenvolvimentista, tal como o Sr. Malan é hoje, dadas suas relações com o FMI – não é por mera coincidência. S. Ex^a é considerado, justa ou injustamente, contrário ao desenvolvimento, favorável à estabilização e a um tipo de sociedade que, naquela ocasião, era uma sociedade arcaica, pré-capitalista, que não deveria perder suas qualidades primário-exportadoras, como alguns diziam.

Por outro lado, o desenvolvimentismo tomou conta do espaço do discurso. O debate travou-se entre desenvolvimentistas cepalinos, Raúl Prebisch, Celso Furtado e outros, e os representantes do FMI; monetaristas e estruturalistas – os monetaristas do FMI e os ditos estruturalistas desenvolvimentistas da Cepal.

Com isso, o principal ficou de fora, não houve espaço para discutir aquilo que estava dividindo o mundo. A discussão entre socialismo e capitalismo, entre comunismo e capitalismo só foi feita nas universidades. Eu estava na universidade, comecei a ser professor universitário em 1954, e lá não vi nem ouvi nem presenciei essas discussões.

Assim, conseguiram tapar completamente e ocupar monocórdicamente o espaço de discussão, porque escrevi uma tese, em 1958, que defendi em Roma, dizendo que aquilo era a mesma coisa: monetarismo e estruturalismo, desenvolvimentismo cepalino – a Cepal era e é um órgão da ONU também, tal como o FMI, dominado pelos sócios maiores. Era tudo farinha do mesmo saco. O objetivo era evitar a discussão do problema principal daquela ocasião.

Em 1958, Roberto Campos fez uma palestra, no Chile, em que falou a mesma coisa. Os estruturalistas são os monetaristas no poder, disse com humor e percuciência o Sr. Roberto Campos.

Depois, tivemos necessidade de encontrar uma dicotomia, de encontrar uma divisão, para evitar a discussão do principal, para ocupar todo o espaço de discussão. Naquela ditadura, a partir de 1964, não havia o que discutir, porque quem está na cadeia não tem, obviamente, espaço para o discurso e para o debate. Eu, na universidade, esperava que, um dia, viessem debater comigo; ao invés disso, mandaram-me ameaça de morte, o que não é debate universitário. De modo que fui compreendendo melhor as coisas.

A partir de certo momento, a própria revolução se dividiu em duas alas. Uma ditadura monolítica se racha em duas alas: a linha dura, uma criação da imaginação, e a antilinha dura, os democratas da ditadura, os da "democradura". Então, com essa discussão, "Olha, cuidado! Se vocês não aceitarem isso, isso e isso, a linha dura vem aí e vai fazer pior", com esse arranjo político, com essa divisão inteligente, eles conseguiram muito apoio para as suas medidas duríssimas, ameaçando que poderia vir algo pior de uma tal de linha dura, que nunca se identificou.

Há uma necessidade de o panorama político — e os jornalistas não percebem isso; nunca vi algum que tivesse percebido isso que estou dizendo aqui e agora — dividir o espaço do discurso e da discussão, a fim de que a realidade, o que há de importante no real, o discurso importante não seja sequer pronunciado. É uma censura muito bem feita.

Agora, por exemplo, o que vemos? É óbvio que o Senhor Fernando Henrique Cardoso está cansado de saber do que estou falando, pois ele estava na Cepal nos anos 50 e 60. Sua Excelência sabe disso muito bem, porque viu a ditadura criar a tal linha dura e depois nos viu voltar e ficar assim, nesse purgatório do processo de democratização.

Finalmente, para abreviar este resumo do que eu pretendia dizer, parece-me que resolveram dividir também o Executivo com essa democracia que não respeita a Constituição e os direitos adquiridos. Trata-se de uma ditadura de unhas pintadas, uma ditadura de PhDs. Em nome de quê? Do combate à inflação.

Eu estava com um livro na mão que se chama *The death of inflation* — A morte da inflação —, que mostra essa discussão sobre se a inflação é dinamizadora, se provoca o desenvolvimento ou se não provoca, o que é também uma discussão dos anos 50 e que está aí, dividindo ainda brigadas de um mesmo exército.

E me parece que o que aconteceu foi que a oposição não deve ter espaço dentro desse sistema. É

um sistema muito perigoso, de acordo com o que escreveram o Presidente Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto num livro chamado *Dependência e Desenvolvimento*. Ali o Presidente disse que o Brasil e alguns países da América Latina estavam se encaminhando para uma situação muito perigosa, porque a população poderia exasperar-se diante daquilo que se exigia dela.

É tão evidente que o capitalismo dependente, o capitalismo periférico é muito pior que o capitalismo nos sete grandes, que sobre ele Norman Bailey, da direita norte-americana, disse: "A maneira pela qual o FMI está cobrando a dívida externa da América Latina está destruindo a classe média no continente e criando uma situação explosiva, prestes a estourar diante da segurança nacional dos Estados Unidos." Norman Bailey, da direita americana, do Conselho de Segurança do Governo daquele artista que andava a cavalo, Reagan, o **cowboy**, disse isso. Eles esperavam que explodíssemos numa reação contra o que estão fazendo conosco. Foi isso o que ele disse! Eu acho que diante disso não deveria haver defensores desse estado de coisas.

Parece-me que, agora, diante do caos, existe uma ditadura bifrontal. Escutei o pronunciamento lúcido do Senador pelo Rio Grande do Sul, Pedro Simon, candidato a Presidente da República, como sempre com muita atenção. S. Ex.^a disse estranhar o fato de o Presidente Antonio Carlos Magalhães ter dado um prazo de noventa dias para que o Governo resolvesse algumas contendas internas e desse resposta ao nosso grande problema, o do combate à pobreza.

O Presidente Antonio Carlos Magalhães dar prazo ao Executivo? Se examinar esse comportamento, como tenho feito, quietinho, no meu lugar, chego à convicção pronta e acabada, perfeita, de que existe uma ditadura compartilhada neste País: um ditador disfarçado no Executivo e um outro aqui, no Legislativo. O que aconteceu, ultimamente, foi que o Executivo não quis mais saber de compartilhar o poder e de estar sujeito a idas e vindas, semanas de beijos, semanas de abraços e semanas de tapas e beijos, sucessivamente, e resolveu trazer para si a briga entre desenvolvimentistas e monetaristas. Parece-me óbvio que o que aconteceu foi isso.

O Sr. Clóvis Carvalho levou isso muito a sério. Ele não percebeu que aquilo não era para valer, era para ocupar o espaço e emudecer a Oposição, de quem eles cobram soluções — mas não nos deixam falar! Assim, essa briguinha interna entre monetaristas e o FMI, diga-se Malan, e desenvolvimentistas, diga-se Mendonça de Barros e Clóvis Carvalho, era

para, obviamente, ocupar todo o espaço do discurso, ocupar as manchetes e não deixar ninguém aparecer.

O nobre Senador Pedro Simon tem um papel importantíssimo e o está exercendo muito bem. S. Ex^a está introduzindo uma cunha nessa suposta cisão entre monetaristas e estruturalistas desenvolvimentistas. Isso era real e exerceu essa função obscurecedora há cinqüenta anos. Estou cansado disso! Canssei! Deus me livre de uma coisa dessas!

De modo que quando eu voltar a abordar este tema, com maiores detalhes e fundamentos para demonstrar que realmente o caminho foi esse, pretendo fazer esse discurso na presença do próprio Presidente do Senado, porque posso estar sendo injusto com o seu comportamento, ou S. Ex^a também pode estar se comportando de uma maneira, no bom sentido, inconsciente, ou seja, sem ter consciência exata do papel que está representando, o que é muito comum.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Talvez, V. Ex^a também possa fazer esse debate – isso seria interessante – no seminário do PT, quando será feita uma conferência.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Vou confessar que, tal como V. Ex^a, sou esquecido pelo PT. Só participei de um debate dos intelectuais do PT. Quando se fala em intelectual, eu me arrepio; sempre me arrepiei. E sou primo do Chico Campos, por exemplo, que foi um brilhante intelectual da Direita brasileira. Meu pai também era professor catedrático, professor de Filosofia. Eu poderia, então, ter muito orgulho em ser considerado um intelectual, mas, pelo contrário, para mim, intelectual... Já escrevi sobre isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não me leve a mal. V. Ex^a me perdoe, mas, querendo ou não, V. Ex^a é um intelectual! É um intelectual no bom sentido, com boas idéias, com profundo conteúdo. Dessa, V. Ex^a não se livra! V. Ex^a é um profundo intelectual!

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Agradeço a V. Ex^a, mas não tenho tempo aqui de explicar aquilo que considero ser um intelectual: um ser frágil, um ser medroso, que tem medo de perder o emprego.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Sob esse ponto de vista, V. Ex^a não tem nada de intelectual.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Um trabalhador, um pedreiro, tem medo de perder o emprego? Não tem coisa nenhuma!

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – É por isso, Senador Pedro Simon, que digo que o Senador Lauro Campos é o mais jovem deste plenário.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Ele não é um intelectual. Ele tem um instrumento de trabalho que lhe dá confiança e fé durante a sua vida. Acabando o serviço de encanamento ali, ele está desempregado, mas sabe que tem uma ferramenta na mão e que um dia retornará ao trabalho para, com o seu suor, ganhar o pão do dia-a-dia.

Não acredito nos tais dos intelectuais orgânicos do Antonio Gramsci. Não acredito nessas figuras produzidas pelo partido e que estão identificadas realmente com os interesses dos trabalhadores e da população. Não acredito neles!

Há muitos anos, quando lembraram de mim e me convidaram para participar daquele debate, já cheguei ali como se estivesse em um banquete errado. E lá pedi que, pelo amor de Deus, não me incluíssem nesse rol de intelectuais, porque eu não me sentia bem com esse apodo merecido e que eu o via nesse sentido crítico.

Sr. Presidente, para concluir o meu pronunciamento – em breve, estarei ultrapassando o meu tempo –, quero dizer que me parece que, diante desse caos em que nos encontramos, o Governo está totalmente engessado, sem poder escolher coisa alguma, sem poder escolher nem entre monetarismo e estruturalismo. O Governo não pode fazer nada, está paralisado e incorporou alguns ingredientes paralisantes, entre eles o equilíbrio orçamentário. Se se faz o equilíbrio orçamentário – a história econômica do mundo já provou –, desequilibra-se a vida, desempregando trabalhadores. Com o equilíbrio orçamentário, é preciso aumentar as receitas e castigar mais o povo, que, nessa situação, já se encontra, em grande parte, com fome.

Existe um processo de transferência de uma carga tributária, que atinge uma classe superior, para as que estão debaixo. É por isso que no Brasil as grandes fortunas e os grandes banqueiros não pagam Imposto de Renda, porque eles têm mecanismos para transferir a repercussão dos impostos sobre aqueles que trabalham, sobre os que estão destinados à miserabilidade.

Por que a inflação acabou? Estava lendo o livro *The death of Inflation*. Eu escrevi isso. É ruim envelhecer por isso. Há muitas vantagens a velhice, mas essa não. Ter de escutar, escutar novamente, desaprender para ver se aprende de novo! Gosto muito de aprender! Então, naquela ocasião, eu já havia percebido...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a pelo menos tem uma vantagem: não precisa esquecer tudo o que escreveu.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Realmente. Inclusive, um aluno meu, que veio do Pará para trabalhar comigo, sabe de cor tudo que escrevi na minha vida. Ele fez mestrado e doutorado na Sorbonne e é Professor da Universidade do Pará. Foi meu aluno, e eu o trouxe aqui para ser o apoio da minha memória, para ser o auxiliar dessa minha desmemória, que já começa.

Naquela ocasião, eu já sabia que a inflação iria se esgotar. Essa morte da inflação, que está nesse livro americano badalado, eu já havia previsto em 1957. A inflação ia se esgotar, ia perder o seu poder de reduzir salários. O que o capitalista quer? Reduzir salários. A inflação, de acordo com Keynes, baixa a taxa de juros. Estamos em uma seca, e, ao enxugar-mos, a taxa de juros foi a 45% ao ano. Quando se aumenta a oferta de dinheiro, obviamente se provoca a inflação e a queda da taxa de juros.

Os gastos do Governo, que passam a ser inflacionários porque são feitos acima das receitas – é uma despesa acima da receita –, começam a reabsorver a mão-de-obra que a máquina e a crise desempregaram. Desse modo, a inflação era a solução.

Os Estados Unidos decuplicaram suas despesas de guerra na época de Roosevelt, em 1939. Depois, durante a Guerra Fria, US\$13 trilhões foram gastos em armamentos. Se não houvesse esse desequilíbrio orçamentário e essas emissões... Keynes, que era um gênio do capitalismo, disse que a inflação é o elixir que dinamiza o sistema, mas também é um remédio vergonhoso. É como se alguém precisasse beber para encontrar um certo equilíbrio. Então, o Governo entra para a liga antialcóolica de dia e provoca a inflação à noite, porque, se não recorrer à inflação, entra em desespero e é posto na camisa-de-força. Seus *inner conflicts*, seus problemas internos, suas neuroses afloram, e, então, ele tem de beber, mas não pode fazê-lo porque o remédio é vergonhoso.

Parece-me que agora deverá haver uma inflação de 84%, aquela do último mês do Presidente Sarney, e não mais uma inflação de 4%, 5% ou 6% ao ano como a do tempo do Governo de Getúlio, na década de 40. Por que agora a inflação tem de ser de 84% ao mês? Porque aquelas doses antigas de remédio produziram efeitos colaterais. Aquelas doses pequenas de remédio já não encontram respostas no organismo, não são mais um elixir. Então, é preciso aumentar a dose, e aumentaram até 84% ao mês a taxa de inflação. E a 84% ao mês a inflação atrapalha o cálculo econômico, deixa de ser a solução para ser realmente um problema. E eles precisam acabar com

a inflação. Surgem, por conseguinte, os planos monetaristas, os planos do FMI para acabar com a inflação. É preciso acabar com a inflação, porque é um remédio envergonhado, a unidade das soluções. Dessa forma, no lugar da inflação, tem que haver um instrumento de redução do salário. Congelam-se os salários, em nome de uma economia liberal. Que liberalismo é esse? Congelam-se os salários e deixam os preços irem subindo devagarzinho, mas aumenta-se a taxa de juros para se consumir menos. Não se repõem salários; e hoje estou perdendo 69,2% ao mês de meus vencimentos! Tenho saudade da inflação, que era de 84% ao mês, mas, no mês seguinte, davam-me reposição integral dos salários. É muito pior essa inflação que vai roendo aos poucos, em vez daquela outra que mordida de uma vez os nossos salários e vencimentos. Qual é a escolha que temos – triste escolha! – entre a inflação do Presidente Sarney, de 84% ao mês, com reposição no mês seguinte, e essa disfarçada, clínica, que vai corroendo aos poucos os nossos salários e vencimentos? E, para fazer isso, têm que reduzir a demanda, o consumo, desempregar trabalhadores, demitir funcionários e criar uma taxa de câmbio que permita que o Brasil seja invadido por mercadorias cujos preços não podem encontrar uma concorrência, um mercado nacional capaz de concorrer com elas.

Acabaram com o mercado em nome do mercado. Acabaram com a possibilidade de os brasileiros chegarem com seus produtos aos mercados que foram invadidos por mercadorias estrangeiras. E agora? Agora estão querendo que se resolva, sem espaço, sem assessoria, sem tudo, sem nada; querem que a Oposição dê seus conselhos, que encontre as soluções. Sempre fui contra governo paralelo. Num outro encontro do PT, escrevi mostrando o absurdo do governo paralelo. A função da Oposição é fazer oposição, não é aconselhar o príncipe.

No século passado, um ancestral meu foi Presidente do Conselho de Ministros, Ministro da Fazenda. Durante toda sua vida ele havia sido Oposição. No entanto, quando assumiu o Ministério, começou a criticar o governo, que era ele mesmo. De modo que me orgulho muito dessa tendência, dessa minha modesta capacidade crítica de encontrar oportunidades, o que essa situação oferece.

Imaginem se o nobre Senador Pedro Simon estivesse na tribuna e eu o estivesse apartando por um longo tempo? Eu seria realmente atingido pela sua grande capacidade de defesa do seu espaço, da sua fala. Mas parece que, dessa vez, sem nenhum planejamento ou alguma previsão, a coisa ficou boa. S. Ex^a

teve quase uma hora para falar e eu me dou por satisfeito, embora saiba que esses problemas a que me referi podem apenas ser tangenciados. Mas o principal do meu pronunciamento é afirmar que existe, neste País, uma ditadura bifrontal muito bem articulada, com discrepâncias aparentes. Mas, do meu ponto de vista, é isso que acontece.

Assim, a Oposição deve se calar, não tem espaço para ela. A briga, o conflito passou para dentro dos Poderes e, agora, para dentro do Executivo. E lá a bomba explodiu no colo – como já aconteceu antes, por exemplo, no Rio Centro –, a bomba explodiu no colo do imperito Clóvis Carvalho.

E como a Oposição não tem espaço para falar, eu me calo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Ainda há oradores inscritos. Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Dutra. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu havia resolvido não fazer pronunciamento no dia de hoje. Entretanto, senti-me entusiasmado porque estou com a sensação de estar numa reunião do PT com a participação especial do nobre Senador Pedro Simon.

Passo, então, a tecer alguns comentários não apenas sobre a nossa conjuntura político-econômica como também sobre o pronunciamento do nobre Senador Lauro Campos e parte do pronunciamento do nobre Senador Pedro Simon – pelo menos a parte a que tive oportunidade de assistir.

O Governo, talvez para responder à Marcha dos 100 Mil, resolveu convocar a Marcha dos 500, que acompanhou o lançamento do Plano Plurianual, batizado de "Avança Brasil". Creio que o nome mais adequado seja "Agora Vai", porque essa tem sido a prática desse Governo neste ano. Aliás, o Governo Fernando Henrique Cardoso já bateu alguns recordes, merecendo até sua inscrição no *Guinness Book*: bateu o recorde da dívida interna. O Brasil, durante 494 anos de existência, acumulou uma dívida interna de US\$60 bilhões – esse era o valor da dívida interna em 31 de dezembro de 1994 ou 1º de janeiro de 1995 quando o Senhor Fernando Henrique Cardoso assumiu o Governo. Em 31 de dezembro de 1998, essa dívida saltou para US\$400 bilhões. Portanto, um recorde digno de registro.

Um governo que consegue bater recordes de índice de desemprego; um governo que consegue bater recordes de índices de quebra de micros, pequenas e médias empresas, agora resolveu bater o recorde de posses do 2º mandato, em seis meses. No 2º mandato, o Governo já tomou posse três vezes. A primeira foi a posse formal, no dia 1º de janeiro de 1999, em que acabou o discurso do Presidente do Congresso Nacional roubando a cena – disseram que não valeu muito porque não foi uma posse com toda a pompa e circunstância. A segunda posse ocorreu quando houve a mudança no Ministério. Agora dizem que a terceira posse é o lançamento do PPA – a nova estratégia do Governo de que "agora vai".

Mais uma vez, tentam transformar o PPA numa peça de campanha, inclusive mudaram o nome. Segundo o Presidente, PPA parecia nome de remédio; agora chama-se "Avança Brasil"; parece que se esqueceram de combinar com a própria base. A relatoria do PPA, que era a peça de campanha, vira objeto de disputa dentro da base do Governo aqui no Congresso Nacional entre o PMDB e o PFL. Esqueceram-se também de combinar com os próprios membros do Governo, porque, no dia seguinte à terceira posse, que foi o lançamento do PPA, surgiu a briga entre o Ministro do Desenvolvimento, Clóvis Carvalho, e o Ministro Pedro Malan. Por ocasião daquela discussão, lembro-me de que o Senador José Roberto Arruda fez uma comparação futebolística, que acabou se revelando infeliz. S. Ex^a disse que o Ministro Clóvis Carvalho era o centroavante e o Pedro Malan era o zagueiro, mas que os dois jogavam no mesmo time. Embarcando nessa comparação futebolística, como botafoguense, diria que esse zagueiro e esse centroavante estão parecendo com o Bandoch e Valdir. Só espero que o Brasil não vá para a segunda divisão, como infelizmente parece que irá acontecer com o meu Botafogo.

Voltemos ao PPA. O engraçado é que o Governo aposta na falta de memória não somente dos políticos, mas também dos analistas. O Governo faz propaganda do PPA e apresenta alguns números. Diz que, pelo PPA, o PIB do Brasil crescerá 4% no ano 2.000, 4,5% no ano 2001, 5% no ano 2002 e 5% no ano 2.003. Até em relação aos números não foram originais. Se formos comparar com o PPA anterior, teremos uma coincidência absoluta entre as previsões: 4% no primeiro ano, 4,5% no segundo, 5% no terceiro e 5% no quarto. O PPA anterior dizia exatamente a mesma coisa: em 1996 fomos crescer 4%, em 1997 fomos crescer 4,5%, em 1998 fomos 5% e em 1999 fomos crescer 5%. Em 1996 crescemos 2,8%, em

1997 crescemos 3,2%, em 1988, cuja previsão era de 5%, crescemos 0,2%, em 1999, cuja previsão também era de 5%, possivelmente não cresceremos nada. Poderão até dizer que a Oposição está reclamando demais. A previsão para 1997 era de 4,5%, crescemos 3%. O que são dois pontos percentuais no PIB? É exigência demais da Oposição! Se esquecem de dizer que, num País como o Brasil, uma diferença de crescimento do PIB de dois pontos percentuais significa alguns milhões de desempregados, que é o resultado que estamos vivendo agora.

Mas não somente em relação ao PIB, o PPA passado previa um déficit em transações correntes estável em US\$16,7 bilhões para 96, 97, 98 e 99. Os números mostram que saltou de US\$23 bilhões para US\$29 bilhões em 1997 e chegou em 1998 a US\$36 bilhões de déficit em conta corrente. Isso decorrente, principalmente, da tomosia do Governo em, apesar dos alertas que eram feitos por analistas econômicos e políticos, tanto da esquerda quanto da direita, manter aquela taxa de câmbio que existia até antes da eleição, porque essa era a principal causa do déficit em conta corrente do Brasil. Mas o Governo, porque tinha como objetivo principal garantir a reeleição de Fernando Henrique Cardoso e temia que qualquer mudança na taxa de câmbio viesse a ter efeito sobre a inflação, e que portanto esses efeitos viessem a ter efeitos eleitorais, acabou não fazendo a mudança do câmbio no momento em que poderia fazer sem trazer os prejuízos que acabou trazendo para o Brasil. Porque o Governo poderia ter feito a mudança do câmbio em agosto, quando tinha 72 bilhões de reservas, acabou não fazendo e sendo forçado a fazer a mudança pelo mercado, o que provocou para o País uma perda de mais de 30 bilhões em suas reservas, tendo que mudar o câmbio do mesmo jeito, porque o mercado, como nós sabemos, é muito volúvel e muito voraz.

Agora, por que esses Planos Plurianuais se transformam apenas em peças de ficção? Será exclusivamente pela incapacidade de nossos economistas em prever o futuro? Sabemos muito bem que, geralmente, a capacidade premunitória dos economistas não é lá essas coisas. E aí, quando eu falo economistas, coloco os da Esquerda e da Direita. Geralmente, suas previsões não batem muito.

Mas o problema é que o PPA, exatamente por ter-se transformado numa simples peça de propaganda, está descolado do Orçamento. Não adianta, num plano plurianual, estabelecer previsões que apontam para o desenvolvimento, que apontam para o crescimento, se a política orçamentária aponta na direção contrária. É impossível fazer com que o País venha a

crescer, se se mantém, na sua política orçamentária, a previsão de pagar 60 bilhões de juros somente com juros e amortização da dívida. E aí você vai querer, para tapar parte desse buraco, aumentar o Imposto de Renda, aumentar a contribuição previdenciária dos aposentados, estabelecer cortes em gastos sociais, cortar inclusive aquela ajuda miserável das cestas básicas e da frente de trabalho no Nordeste. Enfim, fazer economia de alfinetes cujos efeitos são muito graves sobre uma população que precisa muito desses alfinetes para tentar tapar um rombo que, na verdade, é decorrente dessa política econômica.

E o Governo, mantendo-se fiel a essa política da propaganda, quer reduzir a discussão do desenvolvimento apenas ao perfil da pessoa que vai ocupar o Ministério do Desenvolvimento. Para começar, o erro já está em insistir na tese de que basta se criar um ministério do desenvolvimento para que o Brasil venha a se desenvolver. Essa, inclusive, foi a bandeira do Governo desde o início do segundo mandato: "Agora haverá desenvolvimento, porque vamos criar o Ministério do Desenvolvimento". Depois, a discussão é em cima do perfil do Ministro do Desenvolvimento. Primeiro era o Mendonça de Barros, que acabou sendo atropelado pelo grampo; depois veio o Celso Lafer; depois o Clóvis Carvalho, que, dentro daquela lógica, como era muito amigo do Presidente, teria condições de se contrapor ao Malan, porque é o Malan que não concorda com a política desenvolvimentista – acabou dando no que deu; e agora inventaram o Tápias. Eu, inclusive, nessa questão, concordo com o Governador do Rio de Janeiro, o Garotinho – não com a opinião dele sobre o Tápias, porque até não o conheço –, mas acho que não cabe à Oposição ficar opinando sobre o melhor ou o pior ministro. Agora, se formos analisar pelo perfil, como o Tápias é banqueiro e empreiteiro – como na História recente do Brasil só quem se desenvolve é banco e empreiteira –, possivelmente, talvez, ele tenha o perfil adequado para ocupar esse ministério.

O fato é que, independente de quem venha a ocupar esse ministério e independente até da sua existência, o desenvolvimento ou o não-desenvolvimento do Brasil está amarrado umbilicalmente à política econômica do dia-a-dia, que é a política econômica apresentada na proposta de Lei Orçamentária. E aí é que as coisas acabam se contradizendo, porque a Lei Orçamentária não bate com aquilo que é previsto no Plano Plurianual. O Governo alega, muitas vezes, que não existem recursos para investir na economia. É verdade que, pagando US\$60 bilhões de juros ao ano, esses recursos realmente são escassos e os

economistas do Governo, sempre que a Oposição ou quaisquer outros reclamam dos juros altos, vêm com a cantilena de que os juros são um preço que não pode ser reduzido automaticamente, por decreto. Engraçado é que no Brasil os juros não podem ser reduzidos por decreto, mas aumentados podem, porque foi exatamente isso que fez o Governo na crise de setembro, quando colocou os juros na estratosfera, em mais de 40%, sob a alegação de que teria que fazer aquilo para impedir a fuga de capitais e impedir que as nossas reservas internacionais fossem reduzidas. Resultado: aumentou os juros para 42%, provocou mais desemprego, provocou mais quebradeira e não impediu a saída dos capitais, pois, como já disse, só em setembro do ano passado perdemos US\$32 bilhões das nossas reservas, apesar do aumento da taxa de juros para 42%.

Portanto, essa discussão de que não se pode abaixar juros por decreto, embora seja verdadeira do ponto de vista meramente econômico, tem que ser relativizada, porque se ela vale para aumentar deveria valer também para abaixar. E, no entanto, o Governo normalmente aumenta a taxa de juros por decreto.

Mesmo considerando os US\$60 bilhões que vamos ter que pagar de juros, existem ainda outras fontes de investimentos que poderiam ser utilizadas se o Governo tivesse realmente interesse em atacar alguns problemas graves da nossa economia, particularmente o desemprego. O BNDES, em 1998, injetou US\$17 bilhões na economia, o que não é pouca coisa. Aliás, o BNDES tem mais dinheiro para investir do que o BID. Se esse dinheiro – não era preciso todo o dinheiro, bastavam 30%, 40% – tivesse sido utilizado para financiar micros, pequenas e médias empresas, provavelmente a situação do desemprego no Brasil estaria, se não resolvida, atenuada, considerando-se que cerca de 70% dos nossos empregos são gerados exatamente por esses setores.

No entanto, o que fez o Governo? Aplicou 20, 30 ou 40% nas microempresas? Não. Os números mostram uma evolução no sentido exatamente contrário: de 1995 a 1998, o percentual aplicado nas grandes empresas do BNDES cresceu, chegando, em 1998, a 92%. Ou seja, 92% dos recursos aplicados em 1998 pelo BNDES foram destinados a grandes empresas, 1,2% para micros e pequenas empresas, e o restante para médias empresas e setores públicos. O que é ainda mais grave é que esses 98% não foram destinados para as grandes empresas montarem, por exemplo, um parque industrial para gerar empregos. Não! Grande parte desses 98% destinados às grandes empresas foram utilizados para financiar a com-

pra das estatais, particularmente do setor elétrico. Além do mais, parte desse dinheiro foi utilizada para financiar também grandes empresas e, segundo eles, "modernizá-las", o que provocou ainda mais desemprego.

Isso não significa que sejamos contra a modernização. Somos contra a forma como está sendo feita no Brasil, ou seja, sem estabelecer-se uma garantia até de reciclagem dos seus trabalhadores, para que eles possam adaptar-se à nova realidade da modernização.

No entanto, a lógica do Governo é esta: aquele que poderia ser um instrumento poderoso de desenvolvimento econômico e social, que é o BNDES – como, aliás, indica o seu nome –, é utilizado principalmente para aumentar a desigualdade, sem contar a questão do investimento nas regiões. Já tive a oportunidade de, mais de uma vez, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como neste Plenário, mostrar os dados relativos a investimentos do BNDES e a sua distribuição pelas regiões do Brasil. De 1995 a 1998, ela decresceu na Região Norte, Senador Luiz Otávio, Presidente da sessão e representante do Estado do Pará, decresceu no Nordeste e no Centro-Oeste, e aumentou no Sudeste.

Dizendo isso não estamos querendo propor uma guerra de secessão contra o Sudeste ou contra São Paulo, mas o fato é que temos um banco estatal com dinheiro público, que poderia ser utilizado como instrumento para diminuir as desigualdades regionais e, no entanto, continua investindo esses recursos apenas de acordo com as leis de mercado. Poderão dizer que se investiram 40% em São Paulo, mas esse Estado representa 40% da economia; que se investiram 65% no Sudeste, mas ele representa 65% da economia.

Ora, se é para termos um instrumento público com dinheiro público para fazer os seus investimentos e financiamentos simplesmente obedecendo às leis de mercado, esse instrumento e dinheiro públicos estão sendo usados para aumentar as desigualdades já existentes.

Entretanto, o Governo, dito socialdemocrata, do Senhor Fernando Henrique Cardoso tem esses números, que são, aliás, incontestáveis, porque fornecidos pelo próprio Governo para responder a requerimentos de informações apresentados por mim e pelo Senador Eduardo Suplicy.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a questão é muito mais grave do que uma mera discussão sobre a existência ou não de ministro do desenvolvimento e sobre o perfil desse ministro – se é em-

preiteiro, banqueiro, político ou industrial. O problema é que, enquanto continuar a política econômica do Governo nos moldes em que ela está colocada, não vai adiantar ficar fazendo previsões de PPA, de crescimento econômico, de queda de juros, principalmente caso se trate como único instrumento para fazer baixar os juros o aumento do compulsório dos bancos, como se isso por si só fosse resolver a taxa de juros no Brasil.

Para concluir, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queria fazer referência ao final do discurso do Senador Pedro Simon, quando S. Ex^a diz que o Presidente da República é bem intencionado, que para Sua Excelência seria melhor que realmente o Brasil crescesse, que fosse resolvido o problema da reforma agrária e da miséria. Até acredito que, do ponto de vista pessoal, talvez fosse. Nessa questão do Governo, porém, prefiro ficar com o velho ditado popular: "de bem-intencionados o inferno está cheio".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – A Presidência comunica ao Plenário o arquivamento dos Requerimentos nºs 52, 717, 744, 1.131, 1.278 e 1.466, de 1995; dos Requerimentos nºs 42, 44, 379, 380, 646 e 974, de 1996; dos Requerimentos nºs 58 e 626, de 1997; e dos Requerimentos nº 352 e 576, de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – O Sr. Senador Mauro Miranda enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, passadas as primeiras repercussões da substituição do ministro Clóvis Carvalho, acho que andou certo o presidente Fernando Henrique Cardoso ao reunir a sua equipe de governo para colocar ordem na casa, aparar arestas e reunificar diretrizes internas e comportamentos externos. Sem dúvida, a necessidade de estabelecer e manter uma base aliada altamente multifacetada nos princípios, nas idéias e nos seus interesses políticos atuais e futuros, leva o Presidente a enfrentar crises sucessivas de relacionamento entre as figuras do primeiro escalão que estão próximas do chefe, mas distantes entre si.

O que passa pela cabeça dos brasileiros é a impressão lamentável de que é mais difícil administrar a diversidade do poder do que a diversidade dos problemas nacionais. Ou seja, o choque de opiniões, que é natural numa democracia representativa, passou a simbolizar, na verdade, um clima indigestível de disputa política em torno de espaços privilegiados de po-

der. E isso chegou a contaminar burocratas costumadamente discretos, como sempre foi Clóvis Carvalho, eminência parda do Palácio do Planalto, onde firmou tradição de inacessibilidade.

A torcida do país e de todos nós é de que o Presidente consiga restabelecer definitivamente a unidade interna do governo. Com suas graves e elevadas responsabilidades de Presidente da República, cabe a ele cuidar do atacado das grandes questões nacionais ligadas ao desenvolvimento econômico e social, como saúde, educação, emprego, habitação, segurança, recuperação da renda do setor rural, redução dos desequilíbrios regionais e melhoria das contas internas e externas. São desafios enormes cuja solução deve sobrepor-se ao jogo de vaidades, um tipo de varejo que, sem dúvida, a população brasileira repele. Esses desentendimentos públicos levam fatalmente a um clima de quebra de confiança, desmotivando a participação popular nas ações de governo.

Senhoras e senhores senadores, a nação brasileira espera, como também deseja o Presidente, que o Ministério seja um grupo de guerreiros que, sob o seu comando, possam identificar e colocar em prática um conjunto de políticas de emergência para recuperar a credibilidade do governo e as esperanças do povo brasileiro. Concordo com a tese de que devemos buscar um modelo de gestão pública que concilie o crescimento com a estabilidade. O caminho é a implementação do novo programa "Avança Brasil", com alguns ajustes de prioridade, como a implantação de projetos de infraestrutura no Centro-Oeste, incluindo-se a duplicação da rodovia Goiânia-São Paulo e a construção da ferrovia Norte-Sul.

É indispensável, porém, que esse novo programa plurianual de investimentos não seja apenas um roteiro de intenções, e, menos ainda, que ele possa ser revisto em função de eventuais ataques especulativos ou de novos ajustes com o FMI. Temos que caminhar numa direção firme, livres dessas intempéries ocasionais que vivem a tirar o Brasil do curso normal de seu desenvolvimento. Além de dar a impressão de unidade interna, o Presidente precisa dar ao povo a noção de firmeza, de segurança, na direção de determinadas metas fundamentais ao desenvolvimento.

Precisamos conquistar uma nova cultura de compromissos públicos. O Brasil precisa trabalhar com prazos. Temos que voltar a ter metas, horizontes concretos e previsíveis que possam oferecer consistência às esperanças nacionais. O Presidente disse que o governo tem recursos para investir em programas sociais. O Ministro Francisco Dornelles informou que existe uma disponibilidade de 2,4 bilhões de reais

do FAT para construir moradias populares. É preciso quantificar previamente o resultado dessas aplicações, para que a sociedade possa exercer o direito de cobrar, que é um direito mínimo de cidadania.

Estou rigorosamente de acordo com o meu líder, o senador Jader Barbalho, quando reclama investimentos emergenciais em programas que levarão ao crescimento econômico e à geração de empregos, como agricultura, saneamento e construção civil. Presente à reunião ministerial, o senador Jader Barbalho foi porta-voz de um partido que fala com o povo, que tem uma vinculação íntima com os segmentos mais humildes da população brasileira, e que sabe que o modelo defendido pelo ministro Pedro Malan pode perfeitamente conviver com ações de curto prazo que reduzam os efeitos sociais mais traumáticos da crise em que mergulhamos desde que tivemos de enfrentar o desequilíbrio dos mercados asiáticos, e, depois, a desvalorização do real diante do dólar.

O Presidente tem uma enorme responsabilidade, e tomara que tenha empolgado a sua equipe de auxiliares para os nossos atuais desafios. A unificação da linguagem e a supressão das disputas internas são importantes. Mas ainda mais importante é não permitir que a obsessão monetarista ponha a perder todo o esforço que realizamos até agora, embobrecendo a agricultura, multiplicando o desemprego e agudizando o desinvestimento, em nome de uma virada econômica e social que está tardando para acontecer. O Brasil está cansado de esperar, de sofrer, de adiar seus sonhos e de viver só de esperanças.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 56 minutos.)

(OS 17081/99)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente : (Vago)
Vice-Presidente: (Vago)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoffl.
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4609) - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4609)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3491)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: NEY SUASSUNA					
Vice-Presidente: BELLO PARGA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTAVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alcides Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. VAGO		
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (9) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracs@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ					
Presidente: JOSÉ AGRIPINO					
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
VAGO			2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIAO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: FREITAS NETO					
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIAO ROCHA - PT	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3403
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUÍZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

PMDB

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

PFL

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

PSDB

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julloric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

		PMDB
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	
		PFL
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	
		PSDB
TEOTÔNIO VILELA	AL- 4093/95	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB-PPS)		
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30	
		PPB
LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393	

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE					
Presidente: JOSÉ SARNEY					
Vice-Presidente: CARLOS WILSON					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4082
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI					
Presidente: EMILIA FERNANDES					
Vice-Presidente: ALBERTO SILVA					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO		
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/1999, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA							
CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO CÔELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NÁRCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



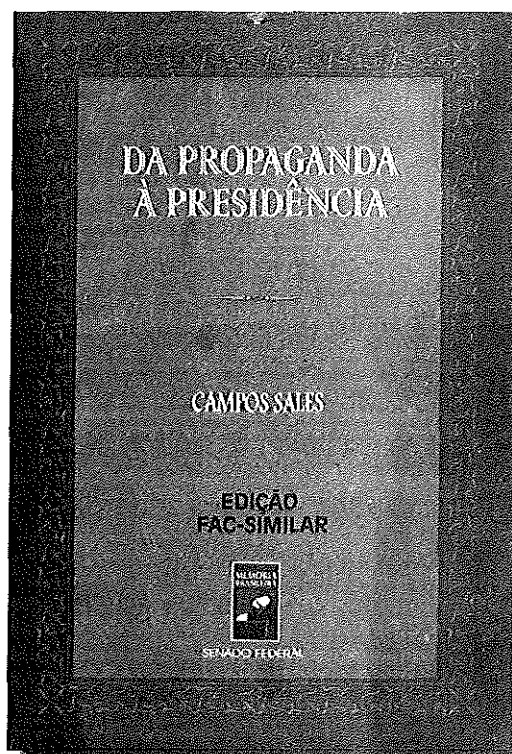
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS